



XI CONGRESSO NACIONAL DO PSB



SCLN 304 - Bloco A - Entrada 63
CEP 70736-510 - Brasília-DF
Telefax: (61) 3327-6405 - 3327-1598 - 3326-0722 - 3327-5196
e-mail: psb@psbnacional.org.br
site: www.psbnacional.org.br

Caderno de Teses

Índice

1. TESE:	Reforma urbana: um desafio socialista.....	3
	Autor: Fernando Marco – PSB/RS	
2. TESE:	A Reforma urbana e a questão nacional	5
	Autor: Carlos Siqueira	
3. TESE:	Conjuntura nacional e regional	8
	Autor: Ribamar Santana – PSB/MA	
4. TESE:	O negro nos partidos políticos.....	10
	Autor: André da Costa Bisalara Cardoso – PSB/RS	
5. TESE:	Ética e conhecimento fatores, indispensáveis para administrar a coisa pública.....	13
	Autor: José Ribamar M. Coimbra – PSB/MA	
6. TESE:	Catção de lixo: um exemplo de desenvolvimento sustentado	15
	Autor: Fernando Mousinho - PSB/DF	
7. TESE:	A Educação como base para a concretização dos nossos sonhos.....	18
	Autor: Miki Breier - Deputado Estadual - PSB/RS	
8. TESE:	Plano de Ação Municipal para a Agricultura Familiar	20
	Segmento Assistência Técnica	
	Autor: Luiz Carlos Lima Almeida – PSB/MA	
9. TESE:	Integração entre socialismo, cooperativismo e sindicalismo como presuposto para o desenvolvimento econômico	23
	Autor: Heitor Schuch – PSB/RS	
10. TESE:	Programa de governo para municípios	26
	Autor: Luiz Carlos Lima Almeida – PSB/MA	
11. TESE:	Socialismo, miscigenação e brasilidade.....	28
	Pelas bases o Partido cresce, pelas bases o PSB se fortalece!	
	Autores: Cláudio Valverde Santos – PSB/SP	
	Francisco Amaro Gurgel Filho – PSB/SP	
	Pedro Marcello – PSB/SP	
12. TESE:	Sistema de avaliação da rede de ensino.....	30
	Autor: Profª Hilberlene Barbosa Santos – PSB/MA	
13. TESE:	Perspectivas do PSB no pacto social do governo Lula.....	33
	Autores: Sebastião José Balarini - PSB/RS	
14. TESE:	Tese do Movimento Negro Socialista do PSB	36
	Autores: Valneide Nascimento dos Santos – PSB/ES	
	Jorge Santos de Jesus – PSB/BA	
15. TESE:	A força da unidade, da luta e da esperança!	39
	Contribuição da JSB paulista ao debate nacional do Partido	
	Autores: Danilo Otto, Vinícius Camarinha, Pedro Marcello,	
	Ademir Motta, Dalmo Vianna, Tatiana Rodrigues,	
	David Ramalho, Fabrício Lopes, Jório Neto,	
	César Orleans, Ariane Soares Paiva, Thiago Garcia,	
	Hamilton Reis, Aintam Camilo,	
	Éder Bruno e Danger Soares	

16. TESE: Políticas públicas municipais para mulheres sob a ótica do PSB.....	41
Autor: Ely Almeida – PSB/AP	
17. TESE: A saúde pública no Brasil: transformações são possíveis.....	43
Autor: Beto Grill – PSB/RS	
18. TESE: CMS - Nacional.....	49
Autor: Joilson Cardoso – PSB/RJ	

Reforma urbana: um desafio socialista

Fernando Marco¹ – PSB/RS

Bacharel em Direito e Diretor de Produção Técnica e
Regularização Fundiária do Município de Novo Hamburgo

Uma das principais características do processo de urbanização no Brasil tem sido a proliferação dos assentamentos informais, devido ao alto custo da terra e o baixo poder aquisitivo da população, a qual é cada vez mais empurrada para a periferia das cidades, em áreas insalubres, alagáveis ou em encostas de morros. A situação agrava-se na medida em que as soluções passam por necessidade de aporte de verbas por parte do Poder Público Municipal.

Apesar das conseqüências que causam, os assentamentos informais são consentidos em nossas cidades, desde que não estejam ao alcance dos olhos da cidade formal. Outro efeito da falta de alternativa habitacional para os pobres é a ocupação irregular e inadequada do meio ambiente, causando dano irreversível às áreas de proteção ambiental, além de se exporem a riscos de enchentes ou deslizamentos.

O ordenamento jurídico, por sua vez, tem sua parcela de culpa na produção da informalidade urbana, bem como a interpretação doutrinária e jurisprudencial, olvidando principalmente a função social da propriedade que também são entraves para a efetiva legalização destas ocupações. De outra banda, a ausência de leis urbanísticas ou a sua existência baseada em padrões imaginários e distantes da realidade dos pobres, têm papel fundamental na reprodução da informalidade.

A relação entre habitat e violência é dada pela segregação territorial. Regiões inteiras são ocupadas ilegalmente. Ilegalidade urbanística convive com a ilegalidade na resolução de conflitos: não há lei, não há julgamentos formais, não há Estado. À dificuldade de acesso aos serviços de infra-estrutura urbana (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, difícil acesso aos serviços de saúde, educação, cultura e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desabamentos) somam-se menores oportunidade de emprego,

maior exposição à violência (marginal ou policial), difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer, discriminação racial. A exclusão é um todo: social, econômico, ambiental, jurídica e cultural².

Os municípios, por sua vez, têm a obrigação constitucional de promover a reforma urbana³, promovendo o planejamento urbano em todas as suas nuances e aspectos, contemplando a cidade como um todo. O direito social da cidade significa nada mais que garantir a qualidade de vida e bem-estar de seus habitantes.

Com o advento do Estatuto da Cidade ocorreu a flexibilização das exigências, a fim de adequar as ocupações consolidadas ao planejamento urbano. Com efeito, o processo de urbanização intensiva que o Brasil experimentou desde meados do Século XX, modificou profundamente o país e a sociedade brasileira, o que provocou inúmeras mudanças territoriais, econômicas, políticas, sociais, ambientais e culturais. O Direito Urbanístico, através do cumprimento dos princípios constitucionais (especialmente o da função social da propriedade e da cidade) e as diretrizes do Estatuto da Cidade, além de resoluções e leis específicas, são os efetivos instrumentos para que se dê a consolidação da nova ordem jurídico-urbanística para a promoção da Reforma Urbana.

No ano de 1999, pelo fato de a Presidência da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos deputados ter ficado sob a direção de partidos progressistas (Partido Comunista do Brasil e Partido Socialista Brasileiro) e da relatoria do Estatuto da Cidade ter sido assumida pelo próprio Presidente da Comissão, deputado Inácio Arruda (PCdoB do Ceará), foi possível o desencadeamento de um processo democrático envolvendo os diversos atores, tais como Fórum Nacional de Reforma Urbana, instituições de profissionais como o IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil, governos municipais e agentes privados representantes do setor



imobiliário e da construção civil, como a CEBIC – Câmara Brasileira da Construção Civil.

Neste processo, participaram, ainda, os movimentos sociais e entidades nacionais tais como Federação Nacional dos Engenheiros – FNE, Federação Nacional dos Arquitetos – FNA, Articulação Nacional do Solo Urbano, Coordenação Nacional dos Mutuários, Movimento de Defesa do Favelado – MDF e Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB. Vale destacar a pressão do Fórum Nacional de Reforma Urbana composto por organizações não governamentais, movimentos populares e federações de sindicatos.

O texto final da Lei 10.257 foi sancionado no dia 10 de julho de 2001 e, desde então, alguns municípios têm se utilizado dos instrumentos do Estatuto. A maioria, porém, descarta instrumentos valiosos de gestão e planejamento urbano, tais como IPTU progressivo, outorga onerosa do direito de construir, direito de preempção, além de acelerar processos de regularização fundiária em áreas públicas e particulares.

Cabe salientar que, independentemente do período eleitoral que se avizinha, a bandeira da Reforma Urbana deve fazer parte do cotidiano de luta das e dos socialistas gaúchos, tendo em vista os grandes problemas enfrentados nas grandes, médias e até pequenas cidades, problemas esses ocasionados pela falta de planejamento urbano. Um exemplo bem palpável se consubstancia na crescente periferização e favelização, cujas causas têm origem no alto custo da terra, por conta

da especulação imobiliária voraz, e da falta de políticas públicas de habitação e de planejamento urbano.

O desafio está lançado. A partir deste importante Congresso Estadual, no qual o PSB mais uma vez dá demonstração de força e unidade, encaminhamos a presente tese, almejando que este Partido Socialista se comprometa, em todas as suas instâncias, a realizar fóruns, oficinas, seminários, palestras e cursos com a temática da Reforma Urbana e da Regularização Fundiária, cujo objetivo seja municiar e subsidiar a militância, além de proporcionar às administrações governadas por socialistas, a troca de experiências, viveres, saberes e fazeres necessários à construção de uma nova cidade.

Aproveitando a dicção do professor Nelson Saule Junior: “Para que todos tenham condições de viver com qualidade de vida, ou seja, com condições adequadas de moradia, as seguintes providências tornam-se interesse de todos os habitantes da cidade: dirigir as atividades e funções desempenhadas nas cidades no campo do desenvolvimento econômico, com a criação de áreas comerciais, industriais, de lazer, pólos turísticos e culturais, implantação de empreendimentos, implantação e preservação de parques e áreas verdes, coleta e tratamento de resíduos sólidos, trânsito e transporte público, urbanização de assentamentos informais, construção de habitações de interesse social, desenvolvimento de programas educacionais, de geração de renda e de trabalho?”⁴



¹ **Fernando Marco** é Bacharel em Direito e Diretor de Produção Técnica e Regularização Fundiária do município de Novo Hamburgo.

² CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). **Urbanização Brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2003, p. 79

³ Constituição Federal: Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

⁴ SAULE JUNIOR, Nelson (org.). **Direito urbanístico – Vias jurídicas das políticas urbanas**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2007, p. 53.



A reforma urbana e a questão nacional

Carlos Siqueira

Primeiro Secretário Nacional do PSB

A Cidade e a Nação

A transformação do quadro de verdadeiro apartheid social que confere tons lúgubres à vida de tantas de nossas cidades constitui, há anos, crescente desafio à manutenção do convívio social em bases civilizadas.

São conhecidas as diferenças entre o tipo de urbanização anterior à década de 80 e os desdobramentos destes últimos 25 anos. No processo de industrialização que teve início com a década de 1930, calcula-se que o Brasil cresceu, entre 1940 e 1980, a taxas muito expressivas (estimadas em torno de 7% ao ano) e, embora a riqueza gerada por tal crescimento fosse distribuída de maneira muito desigual, mesmo assim ele proporcionou melhora de vida a grande parte da população, além de resultar em uma respeitável base produtiva.

Assim, apesar da concentração das riquezas, aquele surto de industrialização/urbanização foi determinante para a melhora dos indicadores sociais em termos de mortalidade infantil, expectativa de vida, natalidade e escolaridade, devido à expansão da rede de água tratada; ampliação do uso de antibióticos; aumento da escolaridade materna e do atendimento à gestante; maior acesso à informação; expansão do emprego industrial, e acesso, mesmo que restrito, aos direitos sociais no trabalho urbano.

Naquele período, as grandes metrópoles, especialmente São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, eram vistas como a alternativa de melhora das péssimas condições de vida rural. Um gigantesco movimento migratório interno, ao qual se juntaram fluxos procedentes do exterior, foi o principal responsável por ampliar a população urbana em 125 milhões de pessoas no espaço de 60 anos. Em 1940, cerca de 18,8% da população brasileira era urbana. Em 2000, a proporção apontada pelo censo demográfico já era de aproximadamente 82% (a previsão atual para o mundo como um todo em 2050 é de 65%), o que permite classificar o Brasil como um dos países mais urbanizados do planeta. Note-se ainda que

30% da população urbana do país vive em apenas nove metrópoles.

Enquanto em 1940 as cidades pareciam ser a promessa da superação do Brasil arcaico rumo à modernização e emancipação política e econômica, os acontecimentos ao longo do tempo se encarregariam de contrariar a utopia da emancipação social e da modernização para todos. Efetivamente, neste início do terceiro milênio, a imagem das grandes cidades está marcada por favelas, poluição do ar e das águas, enchentes, desmoronamentos, moradores de rua, crianças abandonadas etc. Como corolário de tal conjunção de fatores, a violência mantém o ambiente urbano impregnado de medo, tensão e instabilidade. Em certas áreas, a situação não é a rigor muito diferente de uma guerra civil aberta, que ceifa numerosas vidas, principalmente entre jovens e adolescentes.

Os indicadores do início deste século são de fato impressionantes. A pobreza urbana é maior do que a média da pobreza brasileira e está concentrada nas regiões metropolitanas. Dos pobres brasileiros, 33% estão nas metrópoles do Sudeste. Estudos indicam que também se concentra nas regiões metropolitanas 80% da população moradora em favelas e que 50% das populações metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo moram em favelas ou em loteamentos ilegais da periferia.

Mas os problemas urbanos hoje estão longe de restringir-se às áreas metropolitanas. As cidades médias (entre 100.000 e 500.000 habitantes) crescem a taxas superiores às das regiões metropolitanas (4,8% contra 1,3%). De sorte que cidades de porte médio que ainda apresentam melhor qualidade de vida como Florianópolis, Aracaju, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto etc. comecem a exibir o mesmo quadro de periferias inchadas e precárias com os mesmos indicadores, em meio aos quais viceja a violência urbana.

Não se perca de vista que estava no “espírito do tempo” daquele primeiro surto urbanizador a universalização de expectativas crescentes própria do ideário desenvolvimentista que presidiu as quase três décadas de crescimento ininterrupto



do mundo após-guerra. No centro de tal ideário estava a idéia-força de dinâmica transformadora: a noção de bem comum e a responsabilidade intransferível do Estado nacional como condutor do processo.

Ao contrário, a reorganização global, que há 25 anos varre o mundo e hoje dá claros indícios de exaustão, vem potencializando o flagelo da pobreza no mundo inteiro, tendência que aflorou de maneira insofismável após a chamada crise asiática de 1997. De fato, aquela crise pôs em descrédito o discurso que procurava legitimar a ofensiva neoliberal em nome da “luz no fim do túnel” que chegaria para todos. A exacerbação da competitividade; a lógica eminentemente financeira que tudo contamina; o darwinismo social que se substitui à noção de bem comum; tudo está na raiz do desemprego global em expansão; da redução do valor dos salários em escala mundial; do conseqüente empobrecimento e da proliferação da violência, realidades especialmente dramáticas no ambiente urbano.

A situação de fato sugere a imagem do sistema de vasos comunicantes por onde as condições de vida da maior parte da humanidade são consistentemente niveladas para baixo enquanto os lucros são elevados de maneira crescentemente concentrada. Uma vez que o fetiche do “dinheiro em estado puro”, para usar a expressão do saudoso Milton Santos, permite em mil variantes especulativas amealhar fortunas sem ter que produzir sequer um alfinete ou empregar um único trabalhador, a maior parte da humanidade, submetida a tal criação ideológica, está condenada à mais absoluta redundância...

Particularmente elucidativa a este respeito é a seguinte descrição de Milton Santos:

Essa produção maciça da pobreza aparece como um fenômeno banal. Uma das grandes diferenças do ponto de vista ético é que a pobreza de agora surge, impõe-se e explica-se como algo natural e inevitável. Mas é uma pobreza produzida politicamente pelas empresas e instituições globais. Estas, de um lado, pagam para criar soluções localizadas, parcializadas, segmentadas, como é o caso do Banco Mundial, que, em diferentes partes do mundo, financia programas de atenção aos pobres, querendo passar a impressão de se interessar pelos desvalidos, quando, estruturalmente, é o grande produtor da pobreza. Atacam-se, funcionalmente, manifestações da pobreza, enquanto estruturalmente se cria a pobreza ao nível do mundo. E isso se dá com a colaboração passiva ou ativa dos governos nacionais.

É certo que a consciência do abismo que separa o espaço urbano dos ricos e o dos pobres e as tentativas de ação organizada por parte de

intelectuais, partidos políticos, movimentos e organizações sociais em torno da questão da reforma urbana tornam-se visíveis a partir dos últimos anos 70 do século passado.

No tocante à materialização jurídica do princípio da “função social da propriedade”, por exemplo, a proposta da reforma urbana culminou no Congresso Nacional Constituinte, instalado em 1987. Embora presente em todas as constituições brasileiras desde a de 1934, o princípio da “função social”, especialmente no que tange à propriedade urbana, somente viria encontrar uma definição mais consistente na Constituição de 1988, cujo art. 182, assim o expressa em seu parágrafo 2º: “A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor”.

Em meados de 2001, após doze anos de tramitação, foi aprovado o Estatuto da Cidade (Lei federal nº 257, de 10 de julho de 2001), que oferece um conjunto expressivo de instrumentos, orientados na prática para materializar o “direito à cidade”, definido este na própria lei como “o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”.

Com os avanços na produção da norma jurídica deu-se também em anos recentes a conformação de um marco institucional em torno do tema, com a criação do Ministério das Cidades, a instituição da Conferência Nacional das Cidades, que se reúne a cada dois anos, e a constituição do Conselho das Cidades. Ao mesmo tempo, foi-se ampliando o conhecimento da dinâmica subjacente à visível deterioração das condições de vida em vastos segmentos de nossas populações urbanas desde os anos 80, a famosa “década perdida”.

Verifica-se esta evolução em paralelo e sintonia com iniciativas no plano internacional. No marco da Organização das Nações Unidas, o problema das legiões urbanas em aviltantes condições de existência – a que o ex-secretário geral da organização Kofi Annan se referiu como a “urbanização da miséria” – está refletido nos objetivos da Declaração do Milênio pela qual, no ano 2000, os países membros adotaram a meta global de alcançar, até 2020, melhora significativa na vida de pelo menos cem milhões de pessoas hoje em condições habitacionais indignas, e de reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável segura.

Por seu programa Habitat, procura aquela organização, através de suas próprias atividades de cooperação com os países membros e de encontros internacionais periódicos como o fórum



urbano mundial, sensibilizar governos promovendo ação concertada entre estes, organizações não-governamentais e setor privado.

Em outros contextos, como o Fórum Social das Américas e o Fórum Social Mundial, veio tomando corpo a proposta de uma Carta Mundial pelo Direito à Cidade, com a qual se pretende comprometer governos nacionais e organizações internacionais.

Embora tais iniciativas tenham o mérito inegável de ir conformando uma consciência crescente do problema e suas causas, e tenham a preocupação de apontar para soluções democráticas, vê-se que tanto no plano nacional como no internacional, escassa é ainda a ação conduzida, mormente com o enfoque integrado e nas proporções que o problema exige.

De fato, a questão urbana hoje transcende em muito temas tradicionalmente associados à vida das cidades. Sua complexidade espelha a rigor todo o espectro de carências, reclamos e patologias que afligem e esgarçam o tecido social da nação como um todo, de sorte que a questão se manifesta com força particular nas cidades, mas em sua extraordinária abrangência ela é muito mais que urbana: ela é urbana e rural; é local, estadual e federal; é nacional e internacional.

Seria portanto ilusório pretender que se possa agir sobre a violência, produto de todo esse estado de coisas, apenas por soluções de natureza repressiva, necessárias como sem dúvida são. Salta aos olhos que a situação requer abordagem integrada atuando nas diversas frentes em que se situam as principais causas da violência.

Pode-se dizer que se trata muito mais de uma crise na cidade do que propriamente da cidade. Ela inclui naturalmente a questão vital de ordenar a ocupação do solo urbano; como assegurar moradia digna; infra-estrutura de saneamento básico, água potável e energia elétrica; serviços de saúde e educação; ambientes de convívio social com espaços para cultura, lazer e esporte; profissionalização especialmente de jovens etc. E tudo isto exige a rigor a convergência de todo o leque de políticas públicas; a ação concertada de

todas as esferas de governo e a presença dos bancos estatais de desenvolvimento, na perspectiva de reinstalar o papel precípua do Estado que a fracassada experiência neoliberal pretendia considerar incômoda e evanescente reminiscência.

Acima de tudo, para que os contingentes urbanos das periferias não sejam meros depósitos de pessoas, a quem de vez em quando se acena com uma vaga esperança, urge uma abertura de horizontes e um dinamismo econômico que não venham em nome do dinheiro do mundo, mas em função de nosso compromisso visceral com o Brasil, entidade permanente que é e que devemos e queremos projetar no futuro como centro de civilização.

O Partido Socialista Brasileiro está publicamente comprometido com esta bandeira, à qual, aliás, dedicou em 2005 a totalidade de seus programas institucionais de rádio e televisão. Ele conta em seus quadros com nomes eminentes ligados ao planejamento urbano e com experiências particularmente bem sucedidas na administração de cidades. As eleições municipais de 2008, que se aproximam, são um momento decisivo para introduzir definitivamente o tema na agenda das prioridades nacionais, criando um ambiente de debate informado sobre todo o leque de questões que dele derivam.

O esforço para conformar vontade política nesta questão deve também propugnar para que os orçamentos públicos, especialmente o da União, possam expressar a capacidade concreta de enfrentar este grave problema nacional. Considerando que a carga tributária do País representa 38% do PIB e que, após décadas de diktat financeiro, quase duzentos bilhões de reais são absorvidos anualmente por interesses rentistas, não é mais possível continuar adiando um reordenamento de prioridades em função dos superiores interesses do bem comum.

Sem dúvida, no atual quadrante da história do mundo, o problema da cidade está no fulcro da questão nacional, de sorte que, tal como expressava o saudoso Milton Santos, da cidade poderá vir o “renascimento do sentido de nação”.



Conjuntura nacional e regional

Ribamar Santana – PSB/MA

Jornalista, Dirigente do PSB de São Luís, Secretário de Comunicação do PSB e Coordenador de Comunicação da Seagro

Conjuntura Nacional

O governo Lula está sendo o governo dos sonhos dos partidos de esquerda ou o governo possível dentro da correlação de forças que o sustenta?

Nós, socialistas, precisamos analisar o governo Lula a partir das propostas que configuram um projeto de esquerda para o Brasil. Precisamente com base nos fundamentos e diretrizes que sedimentaram a formação da Frente Brasil Popular, em 1989, quando Lula disputou pela primeira vez a eleição para presidente da República.

Portanto, se não for a partir da perspectiva de um projeto de esquerda para o Brasil, a análise dos socialistas sobre o governo Lula fica limitada e tendente a enfatizar apenas o que, no âmbito das esquerdas, se considera avanços do governo Lula (Bolsa Família, PAC, Pronaf, Prouni, Luz para Todos, Farmácia Popular etc).

O PSB faz parte do governo Lula. Participamos do governo Lula integrando a base de apoio parlamentar, no Senado e na Câmara, e o Ministério da Ciência e Tecnologia. Mas, isto não pode tirar de nós a visão crítica do governo Lula. Afinal, PT e PSB têm projetos diferentes de Brasil. Neste momento, o PSB participa de um governo de coalizão no qual o PT tem o comando e dá o tom. Pergunta-se: Será que o espaço que ocupamos no governo é proporcional a nossa força política partidária? O Brasil que o PT está construindo é o Brasil que os socialistas do PSB querem construir?

É verdade que as forças de esquerda que apoiaram Lula não fizeram a maioria parlamentar no Congresso Nacional. Mas, é verdade também que Lula conseguiu construir uma maioria parlamentar nos dois mandatos. Não vamos aqui discutir como. O esquema do mensalão já explica muita coisa.

A questão que se deve colocar é a seguinte: **Por que Lula no auge da popularidade, tanto no início do primeiro mandato como agora que atinge 73% de apoio popular – a maior popularidade já atingida por um presidente da República no Brasil – não priorizou as chamadas reformas democráticas (reforma política, trabalhista, fiscal, das comunicações, agrária)?**

Estas reformas, consideradas estruturantes para a formatação de um novo projeto de Brasil,

constituem-se a base de um projeto de esquerda para o Brasil. No entanto, Lula envereda por adotar o receituário econômico herdado de Fernando Henrique Cardoso – somos o país com a maior taxa de juros do mundo – políticas públicas compensatórias, que geram dependentes do Estado brasileiro, e não políticas públicas emancipadoras, que ampliem a cidadania do povo brasileiro. Propagam que temos dinheiro em caixa para pagar a dívida externa, mas a nossa dívida interna cresce a galope – já vai bater a casa do trilhão de reais.

Hoje Lula é visto como “pai dos pobres e mãe dos ricos”. É paradoxal! Sem dúvida, o Bolsa Família está inserindo uma faixa considerável de excluídos no mercado de consumo e, fundamentalmente, nos direitos de cidadania como, por exemplo, o de comer. Mas e as políticas públicas que podem emancipar esses milhões de brasileiros excluídos, por que não são implementadas? Pedagogicamente, qual é o certo? É dar o peixe ou ensinar a pescar? Talvez, eleitoralmente, o melhor seja dar o peixe. O resultado das últimas eleições presidenciais demonstra isto claramente. Foi o Brasil pobre (Norte e Nordeste), principalmente, quem deu o segundo mandato a Lula.

Não podemos esquecer que as eleições municipais de 2008 são a preparação e o alicerce para as eleições de 2010 (presidente da República, governador, deputado estadual e federal). Como o PSB se coloca neste cenário? **Vamos, mais uma vez, fortalecer o projeto de poder do PT ou construir o nosso?** Quadros nacionais o PSB tem. Até o momento, Ciro (PSB) é o segundo colocado nas pesquisas de opinião sobre a sucessão de Lula, atrás de Serra (PSDB).

O PT, hoje, se movimenta em duas direções: articular o nome da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, como candidata e arrancar o terceiro mandato para Lula. A primeira alternativa é legítima, mas não solidária para quem diz sempre buscar a unidade das esquerdas. A segunda deve ser veementemente e publicamente rechaçada pelo PSB. Um terceiro mandato para Lula é golpe. É rasgar a Constituição. É casuísmo. É irresponsabilidade para com o País. É desprezo pela democracia, que tem como princípio basilar a alternância de poder.

Concluo, propondo que o VI Congresso Es-



tadual do PSB do Maranhão aprove uma moção de protesto contra a proposta de um terceiro mandato para o presidente Lula.

Conjuntura Regional

O fracasso do governo Jackson Lago significa o fracasso do Projeto da Frente de Libertação do Maranhão e, por conseguinte, o fracasso do PSB?

É sabido que a vitória da Frente de Libertação do Maranhão nas eleições para o governo do Estado, em 2006, teve dois principais responsáveis: o ex-governador José Reinaldo Tavares como o grande estrategista e o ministro Edson Vidigal, na condição de candidato a governador do PSB, com os 15% dos votos obtidos no primeiro turno. O papel desempenhado por essas duas grandes lideranças do PSB garantiram o segundo turno e, conseqüentemente, a vitória de Jackson Lago.

É preciso que se diga também que as oposições só chegaram ao poder do governo do Estado porque um integrante histórico do grupo Sarney, o ex-governador José Reinaldo Tavares, teve a ousadia de romper com o senador José Sarney e sua filha e senadora Roseana Sarney. O mérito maior da vitória das oposições é do ex-governador José Reinaldo. Seu nome hoje tem essa simbologia, qual seja, a de o homem que rompeu com Sarney e criou as condições para as oposições se unirem e chegar ao poder estadual. O ex-governador José Reinaldo sacrificou um mandato de deputado federal ou senador para não permitir a possibilidade de o senador José Sarney continuar seu mando no Maranhão.

A vitória de Jackson Lago significou a queda da última oligarquia nordestina; a derrota do último coronel da política brasileira. Isto se traduz numa responsabilidade imensa perante a opinião pública brasileira e, particularmente, o povo maranhense que, ao eleger Jackson, sinalizou com o desejo de mudança. Mudança de prioridades de governo, mudanças de métodos, mudanças de relações de poder etc.

O governo Jackson Lago caracteriza-se por ser um **governo de coalizão** – um conjunto de partidos governando – **um governo de transição** – que prepara as condições para o início de um novo ciclo de poder. Por ser um governo de coalizão é também um governo bastante heterogêneo.

Será que o PSB tem participação no governo Jackson proporcional a sua força política (cinco deputados estaduais e um federal) e à sua contribuição na campanha eleitoral? Temos quatro secretários no governo do Estado: Dep. Estadual Domingos Paz (Agricultura), Othelino Neto (Meio Ambiente), Prof. Othon Bastos (Ciência e Tecnologia) e Eurídice Vidigal (Segurança Pública). Per-

gunta-se: esses secretários foram indicados pelo PSB? De que forma estão sendo tratados dentro do governo? Estão sob fogo amigo ou inimigo? Têm sido prestigiados dentro do governo?

De que forma o PSB tem contribuído com sugestões e apoio as políticas desenvolvidas por seus secretários de governo? As pesquisas eleitorais apontam a segurança pública, hoje, como a principal preocupação da população maranhense. E a agricultura é ou não uma prioridade de governo? Do ponto de vista do orçamento do estado não, pois não conta nem com 2% do orçamento para 2008. E o meio ambiente? E a ciência e tecnologia?

O PSB até aqui tem sido coadjuvante na definição das prioridades de governo. **Quais são mesmo as prioridades do governo Jackson Lago?** Parece que tudo é prioridade. E onde tudo é prioridade, nada é prioridade. **Qual o plano de governo da Frente de Libertação do Maranhão?** Será que o governo Jackson Lago, até aqui, têm correspondido às expectativas do povo maranhense?

Qual o projeto de desenvolvimento do Maranhão da Frente de Libertação? Resume-se aos megaprojetos de biocombustíveis, gasoduto de Teresina a São Luís e a refinaria? Quem definiu esses megaprojetos como prioridades de governo?

E o que o governo da Frente de Libertação propõe para o funcionalismo público estadual e seus vários segmentos (professores, assessoria de nível superior, fiscais etc)? Até aqui não se ouve falar em um Plano de Cargos, Carreiras e Salários. Vamos continuar com a política de pagar subsídios para os professores? A greve dos professores nos causou muito estrago.

Por que o PSB não propõe ao governador Jackson Lago a implementação da proposta de renda mínima contida no plano de governo do nosso candidato Edson Vidigal? Ela é ou não viável? Por quê?

Para as eleições municipais de 2008, o PSB deve defender a tese de reedição da Frente de Libertação do Maranhão, inclusive em São Luís, para não possibilitar a rearticulação do esquema de dominação e poder do grupo Sarney.

E, para São Luís, o PSB deve defender de forma firme o nome do ex-governador José Reinaldo Tavares como candidato de consenso da Frente de Libertação do Maranhão a Prefeitura de São Luís.

Concluo, sugerindo que a nova direção estadual a ser eleita neste VI Congresso Estadual do PSB, acompanhada de nossa bancada de deputado estadual e os secretários de governo, tenham um encontro com o governador Jackson Lago e lhe apresente propostas de políticas públicas dentro das respectivas pastas que o PSB ocupa e garante as condições para a sua implementação.



O negro nos partidos políticos

André da Costa Bisalara Cardoso

PSB/RS

Contexto Histórico

O quilombo dos Palmares resistiu, durante 100 anos, na **Serra da Barriga** hoje atual **Estado de Alagoas**. Foi o mais emblemático dos quilombos formados no período colonial, tendo resistido por mais de um século. O seu mito transformando-se em moderno símbolo brasileiro de resistência do africano na escravatura. Após várias investidas relativamente infrutíferas contra Palmares, o governador e capitão-general da **capitania de Pernambuco, Caetano de Melo e Castro**, contratou o bandeirantes **Domingos Jorge Velho e o capitão – mor Bernardo Vieira de Melo** para erradicar de vez a ameaça dos escravos fugitivos na região. O quilombo passou a ser atacado pelas forças bandeirantes e, mesmo experientes na guerra de extermínio, tiveram grandes dificuldades em vencer as táticas dos quilombolas, mais elaboradas que a dos **indígenas** com quem haviam tido contato. Em janeiro de **1694**, após um ataque frustrado, as forças do bandeirante iniciaram uma empreitada vitoriosa, com um contingente de seis mil homens, bem armados e municiados, inclusive com artilharia. Um quilombola, **Antônio Soares**, foi capturado e mediante a promessa de Domingos Jorge Velho de que seria libertado em troca da revelação do esconderijo do líder **ZUMBI** foi encurralado e morto em uma emboscada, a **20 de novembro de 1695**. A cabeça de Zumbi foi cortada e conduzida para **Recife**, onde foi exposta em praça pública, no alto de um mastro, para servir de exemplo a outros escravos. Sem a liderança militar de Zumbi, por volta do ano de **1710**, o quilombo desfez-se por completo. Embora não se possa precisar o número de habitantes nos Palmares, de vez que a população flutuava ao sabor das conjunturas, historiadores estimam que, em 1670, alcançou cerca de vinte mil pessoas. Essa população sobrevivia graças à caça, à coleta de frutas (**manga, jaca, e outras**) e a agricultura (**feijão, milho, mandioca, banana, laranja e cana-de-açúcar**). Complementarmente, praticava o artesanato: (cestas, tecidos, cerâmica, metalurgia). Os excedentes eram comercializados com as populações vizinhas, de tal forma que os colonos chegavam ao lugar terras para o plantio e a trocar alimentos por munição com os quilombolas. No

Quilombo dos Palmares foi constituída a primeira forma de Administração de Estado de caráter socialista, onde foi construída a economia que não era monocultura, onde viviam negros, brancos e índios economia solidária. Ainda no início do Século XIX, um grande número de escravos vindos da Nigéria e do Benin chegaram a Bahia, ficando conhecidos como **“MALÊS”**, escravos africanos das etnias **haucá e nagô**, de religião islâmica, organizados em torno de propostas radicais para libertação dos demais escravos africanos. O termo **“malê”**, deriva do ioruba **“imalê”**, designado muçulmano. Por serem muçulmanos, esses negros também tinham conhecimento da escrita e também uma estrutura administrativa. No período de 1807 a 1835 organizaram três revoltas, sendo que a mais importante foi a de 1835, já que no mesmo período os negros trazidos para o Haiti expulsaram seus colonizadores. O governo brasileiro, com medo, ordenou que matassem seus líderes para acabar com a revolta.

Mais de 3 milhões de negros africanos foram capturados e trazidos para o Brasil como escravos. Os negros da Região Sul, que vinham de Angola, tinham destino à cidade do Rio de Janeiro, de onde eram distribuídos para todo o Brasil. Os escravos vindos de Benin e Nigéria tinham destino à Bahia.

Sendo o Brasil o segundo maior país negro depois da Nigéria, segundo pesquisa da “Unesco”, e mesmo assim ainda não há uma real visualização do povo negro neste país.

O Movimento Negro, através da luta unificada, vem apresentando ao Brasil sua nova forma de luta. Dentro deste princípio é que apresentamos alguns pontos para reflexão.

Em 1995 o movimento negro foi a Brasília, com mais de 30 mil pessoas, entregar ao governo brasileiro propostas de políticas afirmativas e políticas públicas que contemplassem a comunidade negra deste Estado. Dez anos depois, o movimento retorna às ruas de Brasília, para reivindicar e exigir mais uma vez do governo brasileiro o cumprimento de propostas. Tudo isso culminou com a **MARCHA ZUMBI DOS PALMARES + 10**, que ocorreu em 22 de novembro de 2005. O movimento negro gaúcho teve participação muito importante para a realização deste evento, pois jun-



tamente com a Marcha os movimentos celebraram os **95 anos da Revolta da Chibata, ocorrida em 22 de novembro de 1910**. Foi um movimento de oficiais de patentes inferiores da Marinha do Brasil que se desenrolou de 22 a 27 de novembro de 1910, na baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, na época Capital Federal.

Na ocasião, dois mil marinheiros rebelaram-se contra a aplicação de castigos físicos a eles impostos como punição, ameaçando bombardear a cidade do Rio de Janeiro. Os castigos físicos, abolidos na Marinha do Brasil um dia após a Proclamação da República, foram restabelecidos no ano seguinte (1890), estando previstas:

“Para as faltas leves, prisão a ferro na solitária, por um a cinco dias, a pão e água. Faltas leves repetidas, idem, por seis dias, no mínimo. Faltas graves, vinte e cinco chibatadas no mínimo.” Os marinheiros nacionais, quase todos negros ou mulatos comandados por uma oficialidade branca, em contato cotidiano com as marinhas de países mais desenvolvidos da época, não podiam deixar de notar que as mesmas não mais adotavam esse tipo de punição em suas belonaves, considerada como degradante. O uso de castigos físicos era semelhante aos maus-tratos de escravidão, abolida no país em 1888. Paralelamente, a reforma e a renovação dos equipamentos e técnicas da **Marinha do Brasil** eram incompatíveis com um código disciplinar que remontava aos séculos **XVII e XIX**. Essa diferença foi particularmente vivida com estada dos marujos na Inglaterra, em 1909, de onde voltaram influenciados não só pelas lutas dos colegas britânicos mas também pela revolta dos marinheiros da **Armada Imperial Russa no Encouraçado Potemkin**, ocorrida poucos anos antes, em 1905. Quando retornaram ao Brasil, o marinheiro **João Cândido** formou clandestinamente um comitê central para organizar a revolução. Ocorrida em 22 de novembro de 1910, esta revolta marinheiros negros eram espancados, por ordem de seus superiores, os espancamentos chegaram a tal ponto de gravidade que o então marinheiro **João Cândido** e sua tropa tomaram 10 navios no Porto do Rio de Janeiro. Esta revolta espalhou-se por todos os portos brasileiros. O então presidente da República, **Hermes da Fonseca**, para acalmar os revoltosos prometeu, anistiá-los, mas na realidade foram presos, alguns expulsos da Marinha. E até hoje a Marinha não reconhece que a revolta foi realizada por um conjunto de marinheiros negros do Brasil. E **João Cândido** não foi anistiado até hoje, nem o governo Brasileiro se pronuncia quando se trata deste assunto. O Brasil foi a última nação a extinguir a escravidão. Sempre houve resistência.

A abolição se deu sem reformas sociais e

não trouxe nada para os afrodescendentes, transformando o negro numa população de segunda classe. A elite brasileira, na tentativa de impedir que os ex-escravos tivessem acesso a direitos sociais, que significaria dividir o poder econômico, desenvolveu um conjunto de ideologias que procuravam mostrar a inferioridade do povo negro. Daí então a sociedade brasileira se formou criando privilégios e políticas para imigrantes de descendência européia.

Primeira Lei da Terra, em 1950, negando ao negro acesso à terra privilegiando os europeus, com acesso ao crédito, educação tendo assim acesso de sua alta promoção. Com este breve relato creio que o Movimento Negro do Partido Socialista Brasileiro, deve ter atitude de não ser mais um, mas sim ter participação real nos eventos, reuniões em que se discute o futuro de nosso povo, que tão discriminado é. Não basta ser negro, temos que ter atitude levando a real discussão a quem realmente deve ser escutado. Nossa gente tem propósitos e metas. O que às vezes as grandes lideranças do **Movimento Negro** fazem é esconder-se embaixo de algumas bandeiras partidárias e aí estamos assistindo pessoas que nem militantes são falar por quilombolas. Alguns falam por comunidades abandonadas e na realidade na periferia não existe muita discussão real do problema e sim alguém falando por esta ou aquela comunidade tirando proveito e usando os movimentos, para usufruir de algumas benesses. Assistimos sempre à falta de debate político quando se trata do povo negro.

Contexto Atual.

O Negro Sempre Lutou

O Estatuto da Igualdade Racial está mofando no Congresso;

A Lei 10639/2003 cria obrigatoriedade nos currículos escolares do estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas área social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. Em alguns estados e municípios deste país sendo renegada até pelos próprios educadores, principalmente no interior. Este é o processo onde temos pessoas representando o povo negro e o povo negro muitas das vezes tem conhecimento de seus representantes.

O Projeto de Lei 3.627

Que institui o sistema especial de reserva



de vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas. Algumas universidades já implantaram.

Falta de reconhecimento e apoio da causa pelo poder público;

Infra-estrutura financeira que nos negam;

Apoio aos nossos representantes;

Interferências de ideologias partidárias.

Queremos ser ouvidos e ter nossos espaços para podermos juntos construir uma sociedade imparcial e justa, onde nós, os representantes do povo africano que para este país vieram trazidos em navios negreiros acorrentados e à força, tenham nosso espaço também na política efetiva deste Estado brasileiro. E comecemos novamente pelos municípios, onde os Negros do Partido Socialista Brasileiro (PSB) tenham apoio de seus diretórios, para que possamos em cada rincão deste Estado, ter um vereador, que represente nestes 120 anos de falsa abolição, nossa luta, resistência, coragem, perseverança, como também nossa fé. Fomos forçados na luta e dela nunca fugiremos:

“Ele lutou com todas as forças para salvar a sociedade de si mesma”.

Coretta, esposa de Martin Luther King Jr.

“Um quilombo que não defende os outros Quilombos é traidor do seu povo”.

Ubiratan Castro de Araújo.

“Brasil, verás que um filho teu não foge à luta”.

André Costa Brisolara Cardozo

Secretário Geral do Partido Socialista Brasileiro do Rio Grande/RS.

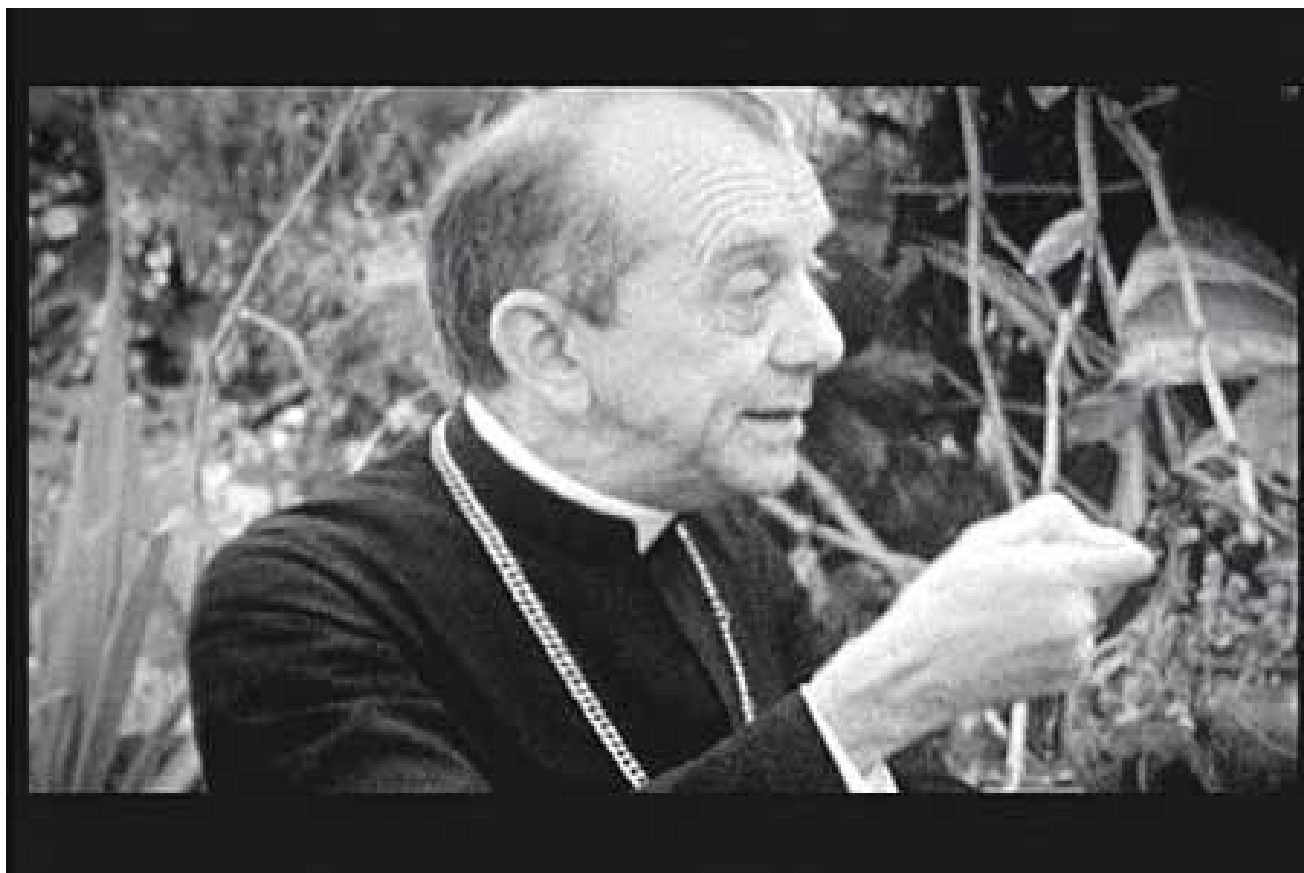
Presidente do Conselho Municipal do Desenvolvimento Social e Cultural da Comunidade Negra do Rio Grande/RS.

Presidente do Clube Cultural Recreativo Braço é Braço.

Membro do Conselho Fiscal do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários do Rio Grande.

1º Secretário da Federação Nacional dos Portuários.

Representando a Federação dos Portuários na reintegração dos demitidos da Portobrás no Governo Collor, como também, participou ativamente da Câmara Setorial dos Transportes, junto à Câmara dos Deputados, Brasília-DF – quando o presidente, hoje é o senador Francisco Dornelles.



Ética e conhecimento: fatores indispensáveis para administrar a coisa pública

José Ribamar M. Coimbra – PSB/MA

Secretário de Finanças do Diretório Municipal PSB de São Luís-MA
Contador e Professor Universitário

“Vivemos hoje um tempo brasileiro, marcado nem de pessimismo, nem de otimismo, nem de desencanto, nem de ilusão, mas de vontade de lutar e de trabalhar, da determinação de descobrir, de estudar, de planejar, de construir. O processo de mudança de que somos autores e atores, caracteriza esse tempo”. O saudoso e eterno presidente do PSB, o governador Miguel Arraes, tinha essa compreensão naquele momento político brasileiro, já nos meados do século passado, e por mais que queiramos distanciar a atual realidade daquela, vemos claramente que há muitos pontos em comum.

Por sua vez, o sociólogo Betinho cunhou a frase que continua bem forte e necessária até o momento político brasileiro, tanto em nível político quanto em nível de gestão pública: “Só a participação cidadã é capaz de mudar o país”.

O PSB tem compromisso com a sociedade brasileira, em propor e praticar a melhor forma de gestão da coisa pública, fundada nos princípios democráticos, nos valores éticos e morais do mais alto grau de civilidade, na cidadania plena e na transparência da gestão pública. Baseando-me nesses pressupostos, venho apresentar a seguinte tese para discussão no XI Congresso Nacional do PSB: **O PSB tem o dever de apresentar à sociedade maranhense, candidatos a vereador e a prefeito, cujos perfis, sejam caracterizados pela ética e conhecimento político e técnico.**

Partindo da premissa que o município é um espaço privilegiado para a promoção da cidadania. Pois, é nele que os direitos humanos podem ser mais facilmente efetivados e respeitados, tais como: o direito à alimentação, à moradia, ao trabalho, à educação, à saúde, à segurança, à livre organização, ao esporte, à cultura, ao lazer, entre outros, são matérias prioritárias para o alcance da plena cidadania.

A Câmara de Vereadores e as Prefeituras têm papel fundamental no aprofundamento da democracia.

O legislativo e/ou executivo, pode incidir diretamente na qualidade de vida dos/as moradores(as) de sua cidade, proporcionando legislação e políticas públicas destinadas a reduzir e/ou a eliminar as desigualdades sociais. É fundamental atuar junto ao processo legislativo

e de planejamento local, numa visão sistêmica, influenciando na definição e execução de recursos orçamentários para políticas públicas, e lutar pela autonomia dos conselhos setoriais como espaços de controle social.

Os poderes locais possuem muita força e expressão. Os movimentos sociais, as associações, as entidades religiosas, culturais, recreativas, os partidos políticos, a Prefeitura, a Câmara de Vereadores, Ministério Público e Judiciário podem se tornar importantes aliados nessa luta.

Obviamente que os municípios maranhenses têm suas singularidades, em função de vários aspectos, tipo: população, desenvolvimento econômico, situação geográfica dentre outros. Entretanto, deve-se ter uma política partidária ou programa de governo, com núcleo básico comum contemplando todos os municípios, deixando margem para ser complementado naquilo que cada município necessitar.

Essa situação exige dos dirigentes partidários o compromisso de buscar qualificar melhor os candidatos que serão apresentados aos eleitores, os quais, sempre utilizam discurso genérico de solução dos problemas da sociedade. Porém, como resolver problemas que os próprios candidatos em muitas vezes desconhecem. Além do mais, são completamente desprovidos de conhecimentos técnicos de administração pública. Ressalte-se que a existência de vários registros de gestão desastrosas exatamente pela falta desses conhecimentos.

A primeira e mais importante responsabilidade do prefeito é administrar o município. Mas administrar não é, como se poderia pensar, apenas ter boas intenções, fazer o que é possível ou se esforçar para dar o melhor de si. Administrar é, antes de tudo gerir informações, seguir a técnica gerencial, gerar opções tecnicamente fundamentadas para sobre elas fazer recair as opções políticas, e, afinal, decidir a tempo.

E decidir é escolher alternativas. Assim, quando se alega que “faltou vontade política” para justificar a indecisão ou a falta de ação, o que faltou na verdade foi a criação de alternativas técnicas para buscar escolhas político-administrativas.



Administrar a coisa pública exige duas coisas: ética e conhecimento.

Buscar caminhos possíveis em direção ao futuro, considerando que o futuro é o resultado de interações entre tendências históricas e eventos hipotéticos, construídos antecipadamente e discutidos na perspectiva de avançar na melhoria do padrão de qualidade da gestão pública, objetivando levar o município a oferecer serviços de qualidade e ao tempo cumprir seu papel de propulsor do processo de desenvolvimento econômico e social do município.

É preciso conhecer as leis, as obrigações, as funções, as responsabilidades, as correlações, os limites, as possibilidades, as fontes para obtenção de recursos, as instituições com as quais se pode fazer parcerias e os mecanismos de articulação institucional.

É necessário também conhecer os novos conceitos de gestão da coisa pública, área onde muitos administradores atuam empregando métodos do século passado, acreditando que sabem o que estão fazendo. Muitas vezes estão trabalhando contra si próprios e decepcionando toda a comunidade à qual devem servir, antes de quererem servir-se, assim como denegrindo a imagem do PSB.

Também é indispensável saber planejar, estruturar, organizar, coordenar, executar e controlar. E fazer uma pausa para avaliar resultados, realimentar todo esse ciclo com novas informações e redirecionar os rumos.

Na gestão, tornar-se imprescindível sistematizar e gerenciar os meios e recursos (orçamentários, financeiros, físico-materiais, naturais, ambientais, informacionais, materiais, operacionais etc.), bem como construir relação de confiança e unidade de propósito com seus colaboradores, através dos quais serão alcançados os objetivos e as metas traçados. Para fazer isto, é necessário possuir conhecimento da questão.

Administrar o tempo e gerenciar prioridades para enfrentar os problemas e desafios mais importantes. É preciso ampliar o apoio da comunidade, envolver o cliente externo (o munícipe que paga os impostos e sustenta a máquina pública) e o cliente interno (o servidor público, o elo de ligação entre os serviços municipais e o cidadão que os vai consumir).

A qual não pode ser desperdiçada, por melhores que sejam as intenções. Só há um caminho, fazer o que precisa ser feito da melhor maneira. E logo.

Os candidatos do PSB ao pleito municipal deste ano precisam buscar conhecimentos sobre a natureza do município, das regiões metropolitanas, do poder público municipal, das prerrogativas da autonomia municipal, as competências e atribuições do município, das prerrogativas e limitações da Câmara de Vereadores e sobre a participação popular e comunitária na elaboração e execução do orçamento.

Ele continua sendo tratado como instrumento complexo, fechado e incompreensível para o cidadão comum. De fato, não há nenhuma razão técnica para que o orçamento seja uma “caixa preta”.

É preciso que o cidadão exija, no marco da democratização do nosso País, que a postura tecnicista e centralizadora dos políticos e funcionários seja substituída por uma disposição de transparência e acesso às informações e conhecimentos.

A partir da compreensão do orçamento como instrumento político de definição de prioridades, a participação popular adquire importância crucial e a sociedade deve reivindicar o espaço para fazer parte das disputas e discussões sobre a distribuição dos recursos públicos.

Vale salientar que a legislação atual avançou muito no sentido de estabelecer espaços e regras que podem respaldar esse anseio da participação popular do processo de elaboração do orçamento e de fazer dele um instrumento de controle eficaz dos recursos públicos pela sociedade civil.

A participação popular e comunitária nas leis na planificação e na administração requer envolvimento, e ao mesmo tempo, conhecimento dos instrumentos ou ferramentas estabelecidas na Constituição Federal de 1988, tais como: Processo legislativo, Gestão Participativa, Exercício da cidadania e Participação comunitária.

Há muita coisa para realizar e a sociedade vai cobrar respostas e resultados. Os desafios são muitos, o tempo é pouco e os recursos são escassos.

Um governo municipal é como uma viagem. Todos estão no mesmo barco. E este barco vai partir no início de janeiro de 2009. Mas partir para onde?

Governar significa navegar. Como em qualquer viagem, é preciso saber onde se quer chegar, ou seja, o destino, pois sem rumo definido não se chega a lugar nenhum. E, já se disse, quando não se sabe para onde vai, nenhum vento sopra a favor.

É preciso portanto, antes de tudo saber:

O PSB deve envidar todos os esforços para além da formação política dos quadros, proporcionar conhecimento sobre os temas aqui tratados, pela importância que tem no processo de gestão pública, como também para a qualidade do próprio PSB, na qualidade de guardião da democracia, da cidadania e da boa gestão pública, voltado para o bem comum.

Tenho a convicção de que, “... a vontade de lutar e de trabalhar, da determinação de descobrir, de estudar, de planejar, de construir. O processo de mudança de que somos autores e atores, caracteriza esse tempo”, como afirmou Arraes. Se o nosso PSB adotar como regra essa tese, contribuirá para o aperfeiçoamento da cidadania, da democracia da gestão pública de qualidade e para a melhoria do padrão de qualidade de vida da população de todos os municípios brasileiros.



Catção de lixo: um exemplo de desenvolvimento sustentado

Fernando Mousinho – PSB/DF

Sociólogo, Especialidade em Planejamento Energético para Desenvolvimento Sustentável e Assessor da Liderança do PSB

Temos que entender a cidade como a continuidade da nossa própria casa, mantendo-a limpa, bonita e agradável

Capi

A legislação em nível federal sobre resíduos sólidos em geral e em particular sobre sua reciclagem é bastante escassa, para não dizer inexistente

Ilidia Martins Juras

Consultora Legislativa da Câmara dos Deputados

A crescente discussão acerca das causas do Aquecimento Global e, conseqüentemente, os resultados das mudanças climáticas que se manifestam em todo o planeta, chamam a atenção para um problema de âmbito municipal muito próximo de nós: o lixo. O aumento populacional, a urbanização e a intensidade da industrialização são os fatores principais que regem a produção do lixo.

Lixo, conhecido também como resíduos sólidos, são os restos das atividades humanas, consideradas pelos seus geradores como inúteis, indesejáveis ou descartáveis, tais como: plásticos, alumínio, alimentos, papelão, roupas, equipamentos eletrônicos, uísque, vinho, licores, refrigerantes, produtos de higiene, lâmpadas fluorescentes, baterias e pilhas.

O gás metano gerado, dentre outras fontes, a partir da decomposição do lixo orgânico, é 21 vezes mais impactante para o efeito estufa do que o próprio dióxido de carbono. Uma grande concentração deste gás encontra-se hoje no aterro sanitário.

Muitos desses materiais podem colocar em risco a saúde humana e o meio ambiente. As baterias, pilhas e lâmpadas fluorescentes são classificadas como resíduos potencialmente perigosos, pois contêm metais pesados que podem migrar e vir integrar a cadeia alimentar do homem, provocando dores reumáticas, distúrbios metabólicos, levando à osteoporose e a problemas renais.

Os restos de substâncias químicas contidas nos frascos de aerossóis descartados podem contaminar o meio ambiente, migrando para as águas superficiais e/ou subterrâneas, podendo ocasionar problemas de saúde pública.

Quanto ao tempo de decomposição do lixo, o período é variado. O papel é de 2 a 4 semanas, os tecidos de algodão, de 1 a 5 meses, as meias de lã, 1 ano, as estacas de madeira, 13 anos, os plásticos em geral, 450 anos, as garrafas de vidro, tempo indeterminado, as latas de alumínio, de 200 a 500 anos, os pneus e assemelhados, 500 anos, aproximadamente.

Cálculos do Banco Mundial sugerem que mais de 60 milhões de pessoas do mundo trabalham como catadores de lixo, o que significa um impacto econômico de centenas de milhões de dólares anuais. A atividade reduz as importações de matérias-primas, possibilitando razoável economia de divisas ao país.

Muitas vezes, os materiais recuperados pelos catadores são exportados, gerando assim consideráveis divisas. Na Argentina, por exemplo, o plástico utilizado para fabricar embalagens para bebidas gasosas é exportado para a China, onde é reciclado e transformado em novos produtos.

Projeções realizadas pela ABRELPE - Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (2007), revelaram que no Brasil coleta-se um total de 140.911 toneladas por dia de lixo. Porém, verificaram também que o total gerado é muito superior e que anualmente cerca de 10 milhões de toneladas de lixo deixam de ser coletadas, tendo destino absolutamente incerto e provavelmente inadequado.

Outra constatação importante e também grave é que dos 5.564 municípios brasileiros, 65% contam com alguma iniciativa de coleta seletiva. Ou seja, 3.593 municípios com coleta e 1.971 municípios sem coleta. Este fato decorre do valor econômico agregado aos materiais, da realidade sócio-econômica de nossas cidades, e em função do interesse das comunidades nas ações de preservação ambiental.

A destinação final do lixo continua sendo um problema de grandes dimensões, uma



vez que apenas 39% dos municípios brasileiros dão destino e tratamento adequado ao lixo. O problema torna-se mais complexo quando observadas as altas concentrações de municípios situados nas macro-regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que destinam o lixo coletado de forma inadequada.

Nas demais regiões, embora existam quantidades expressivas de municípios com condições inadequadas de destinação final, a maioria destes municípios já possui aterros controlados, significando uma melhor conscientização do problema

e uma facilidade, pelo menos em termos culturais práticos, para solucioná-lo.

Análise do dispêndio médio dos municípios das diversas macro-regiões do país com os serviços públicos de coleta “porta a porta” de lixo e seu transporte até o destino final, revela que tais dispêndios, quando vistos sob o ângulo do custo mensal equivalente por habitante, em distintos municípios classificados por faixas populacionais, se traduzem em valores mensais significativamente pequenos, quando comparados com qualquer outro serviço público:

Dispêndio Médio Diário Municipal com Serviços de Coleta de Lixo – ABRELPE-2007

Macro-Região	População Urbana 2007	R\$ / Hab./dia	Custos Coleta Lixo (R\$/dia)
Norte	10.935.406	0,113	1.235.710,00
Nordeste	36.577.772	0,109	3.986.977,00
Centro Oeste	11.393.402	0,104	1.184.914,00
Sudeste	71.557.902	0,149	10.662.127,00
Sul	22.032.325	0,116	2.555.750,00
BRASIL	152.496.807	0,129	19.625.469

Dois aspectos merecem destaque especial entre os dados que retratam o setor dos serviços públicos relativos ao lixo. Um, a expressiva força de trabalho constituída por cerca de 260.000 empregos diretos gerados pelo setor em todo país, dos quais aproximadamente 145.000 na iniciativa privada. Outro, a avaliação do mercado de serviços de coleta de lixo que supera a casa dos R\$ 6 bilhões.

É uma atividade que pode comprometer a saúde e a integridade física dessas pessoas, pois, mexendo no lixo de outros, elas correm o risco de se machucar ou corta-se com materiais perfuro-cortantes ou, até mesmo, de se contaminar com materiais patogênicos. Em geral trabalham à noite em áreas perigosas e com pouca ou nenhuma proteção policial.

De acordo com a sua origem o lixo se classifica como domiciliar, comercial, público, hospitalar, industrial, agrícola e entulho da construção civil. Os lixos público, comercial e domiciliar são de responsabilidade da prefeitura. Os demais ficam a cargo dos respectivos geradores.

O ator principal dessa atividade é o indivíduo com pouca ou nenhuma instrução, social e economicamente excluído, que busca nos aterros e lixões municipais e outros lixos a sobrevivência sua e da família. A renda auferida pelos trabalhadores na coleta seletiva e reciclagem de lixo varia

de um a nove salários mínimos por mês, dependendo principalmente da maneira com estão organizados.

O IBGE (2000) aponta um relativo crescimento desses trabalhadores, considerando que já são 1% da população economicamente ativa do país, se incluídos os catadores de rua e de latinhas. Importância reconhecida, a atividade de Catador de Material Reciclável está incluída desde o ano 200, na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho.

De fato, é possível dizer que, com o devido apoio do gestor municipal, a catação reciclada do lixo é um exemplo perfeito de desenvolvimento sustentado. Além de gerar empregos, reduzir a pobreza e fornecer matérias-primas de baixo custo para a indústria, protege o meio ambiente, evita a poluição e conserva os recursos naturais. Também é possível adotar ações independentemente da nossa legislação federal sobre o tema lixo reciclado ser inexistente.

Sendo a gestão do lixo um problema local, cabe aos municípios definir sua própria regulamentação, já que a eles compete planejar, executar, manter e operar os serviços de limpeza urbana; da coleta à destinação final. Dentre as várias formas de tratamento do lixo, temos: aterros sanitários, incineração, reciclagem, compostagem,



aterros controlados e vazadouros a céu aberto, popularmente conhecidos como lixões.

Porém, desafortunadamente, o PSB, nas suas instâncias de discussão e decisão também tem passado ao largo desse aspecto tão importante para a melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida do povo brasileiro. O que se agrava com a inapetência das nossas prefeituras, cujas administrações pouco ou nenhuma relevância têm dado ao tema.

É o que testemunham o Seminário de Políticas Públicas Municipais (1999) e O Modelo Socialista de Governar, este extraído do Encontro Nacional de Prefeitos e Vice-Prefeitos (2001) do PSB.

A título de proposta, sugerimos que a questão do lixo reciclado figure entre as prioridades nos programas de campanha dos nossos candidatos a prefeito, bem como nas administrações dos eleitos.



A educação como base para a concretização dos nossos sonhos

Miki Breier - PSB/RS

Deputado Estadual

Conforme uma premissa universal entre os socialistas, educação é condição indispensável para o desenvolvimento de qualquer país que deseja combater a pobreza e reduzir as desigualdades. É possível e necessário que o filho do operário pobre tenha uma escola tão boa e eficaz quanto a que tem direito o filho do empresário, do rico. Na nossa concepção de mundo, todas as crianças merecem ter a mesma chance diante da realidade, independente do lugar em que moram, da condição econômica de sua família, da cor da sua pele ou de quaisquer outros critérios que hoje ainda permitem a exclusão. Todas as escolas devem ter o mesmo padrão de qualidade. Com professores formados em universidades qualificadas, com salários condizentes, prédios com estruturas físicas adequadas e adaptadas às mais diversas necessidades, materiais didáticos e de informática capazes de favorecer o processo de ensino-aprendizagem, além de todas as condições básicas para que a escola seja não apenas um espaço formal de educação, mas sim, um ambiente capaz de nutrir os educandos com princípios e valores, formando-os cidadãos conscientes de seus direitos e deveres.

Desde o início do nosso mandato na Assembleia Legislativa temos centrado nossos trabalhos na educação, seja do ponto de vista acadêmico ou social, como no caso das nossas ações para a segurança no trânsito, na defesa dos direitos da criança e do adolescente, na discussão sobre a proibição do consumo e venda de bebidas alcoólicas nos estádios, entre outros debates vinculados diretamente à educação. Nossa participação na Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia levou-nos a combater veementemente as políticas de desmonte da escola pública no Estado, pois acreditamos que esta é a instituição formativa da sociedade. O conhecimento produzido na escola é revestido de valores éticos, estéticos e políticos e, por isso, ela deve ter autonomia para a implantação do seu projeto político pedagógico.

Entre os Estados brasileiros, o Rio Grande do Sul é o que apresenta a menor disparidade entre a escola pública e a escola privada e é o

terceiro melhor colocado no novo indicador do Ministério da Educação (MEC). O Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – foi criado para nortear as políticas de melhoria da qualidade das escolas da rede pública de todo país. Nosso Estado ocupa a terceira colocação no Ensino Médio, ao lado de Minas Gerais e Santa Catarina (com a média 3,5) e, na avaliação de 5ª à 8ª série (nota 3,6) ocupa a mesma posição. Embora esteja longe de ser a ideal, esta colocação demonstra a qualidade que temos e que há possibilidade de avançarmos.

O PSB tem compromisso muito grande de aglutinar forças entorno de seu projeto para superar as deficiências do sistema educacional, bem como para combater as políticas neoliberais – elas ainda resistem – que visam à destruição da escola pública e só fazem retroceder nas conquistas alcançadas neste setor.

Educação pública de qualidade faz-se com investimentos significativos na qualificação dos seus espaços físicos, dos recursos humanos e dos equipamentos. O Governo Federal, com o Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação e com o FUNDEB, apresenta uma proposta de reforma educacional, sinalizando um conjunto de metas e obrigações a ser cumprido em prazo pré-determinado. Mas persistirão os problemas educacionais se não houver maiores investimentos que venham a suprir a correção do fluxo escolar, para diminuir a evasão e a reprovação dos estudantes da rede de ensino e a garantir a formação continuada dos professores. Mais recursos para a Educação de Jovens e Adultos, para aumentar a escolaridade média da população, para diminuir o analfabetismo. São investimentos para a educação pré-escolar, para que o ambiente educacional seja, desde os primeiros passos, agradável e atrativo às nossas crianças. Só assim a educação pública constituir-se-á em um dos pilares do desenvolvimento social e econômico do país.

Como militante do PSB defendemos também a aprovação da proposta de Emenda Constitucional (PEC) 66/2007, que prevê a desvinculação dos Recursos da União (DRU) sobre o orçamento do Ministério da Educação, que atual-



mente é de 20%. Com o fim dessa desvinculação será injetado R\$ 17,6 bilhões para investimentos na educação.

Defendemos uma proposta pedagógica que assegure o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, conforme rege a nossa Constituição. Defendemos um projeto que possibilite atender os interesses dos educandos das classes populares, para que estes sejam capazes de compreender sua história, suas contradições e as reais possibilidades de superação, a partir da realidade concreta, mas respeitando sua faixa etária, a maturidade, os saberes prévios, buscando a construção de conhecimentos.

Nosso Partido já discute há bastante tempo um projeto de educação para o Brasil. Neste sentido, nossa Fundação João Mangabeira iniciou alguns debates, que chegaram à elaboração de um documento que aponta caminhos para atender esta temática. Com base nessas discussões e na realidade do nosso Estado, defendemos as seguintes propostas que, aplicadas à realidade de cada município, serão as bases essenciais às reformas que necessitamos:

1 – Melhorar a qualidade do aprendizado, começando pelo incentivo à leitura. Precisamos estabelecer a leitura como uma preocupação central do ensino;

2 – Propomos cuidado especial com a matemática, para o desenvolvimento lógico, racional e espacial do mundo em que vivemos;

3 – Devemos corrigir o fluxo investindo em uma equipe multidisciplinar, para identificar e solucionar os problemas, tratando cada aluno na sua individualidade, diminuindo a reprovação e a evasão escolar. Não economizar recursos para atingir este objetivo, pois, corrigindo o fluxo, estaremos economizando para investimentos em outras áreas da educação;

4 – Investir na educação pré-escolar para aumentar a oferta, pois a demanda é cada vez maior;

5 – Empreender esforços para ampliar o número de escolas públicas e escolas de turno integral, principalmente nas comunidades onde haja mais jovens em situação de risco e nas demandas, estimular a oferta de atividades extracurriculares em turno inverso tais como, informática, música, dança e esporte, visando também evitar as situações de risco que hoje rondam nossos jovens. Neste ponto, vejo indispensável registrar uma das mais belas experiências que vivenciei na admi-

nistração pública, o projeto “Música, Ação e Inclusão”, do município de Cachoeirinha, em que aulas de instrumentos musicais atendem crianças e adolescentes de bairros pobres na cidade. Hoje, mais de 1.400 alunos da rede municipal participam do projeto. Ali, aprendem a tocar violão, flauta e até violino. É o poder público cumprindo o seu papel e ocupando o espaço que, na sua omissão, pode ser ocupado pelas mais diversas formas de contravenção. No exercício de mandatos eletivos, nós, socialistas, precisamos oferecer aos nossos jovens oportunidades decentes;

6 – Investir na formação inicial e contínua dos educadores, preparando-os melhor para o exercício docente e de domínio do conteúdo da disciplina que ministram;

7 – Os gestores escolares devem ter autonomia para a condução do processo ensino e aprendizagem de sua escola, promovendo o desenvolvimento da cidadania em suas comunidades;

8 – Estabelecer com a comunidade escolar relação de diálogo permanente e respeitoso, valorizando os trabalhadores e trabalhadoras da educação, tanto na remuneração quanto nas condições para exercício da profissão;

9 – Fazer um estudo detalhado dos problemas que envolvem o Ensino Médio, identificando as particularidades da região, bem como as necessidades e potencialidades técnicas e científicas do mercado de trabalho. Para tanto, pensa-se o Ensino Médio dividido em duas etapas: uma de formação geral e outra científica ou tecnológica, conforme a região;

10 – Investir em laboratórios de informática para permitir ao aluno o acesso às tecnologias da informação, às novas formas de comunicação e a utilização das diversas ferramentas e transações eletrônicas. Na velocidade do mundo atual, nossos administradores socialistas devem empenhar os esforços necessários para a inclusão digital das comunidades mais distantes, popularizando e democratizando o conhecimento tecnológico, o que favorece o desenvolvimento econômico e intelectual dos cidadãos.

Acreditamos que ainda há muito caminho a trilhar, mas a ação concreta de cada militante socialista, nos seus espaços de atuação, pode adiantar a construção da sociedade que almejamos, cujas bases serão feitas pela educação pública de qualidade e de caráter popular.

Congresso Estadual do PSB/RS, Porto Alegre
04 de maio de 2008.



Plano de ação municipal para a Agricultura Familiar

Segmento Assistência Técnica

Luiz Carlos Lima Almeida – PSB/MA

Engenheiro Agrônomo

Consultor Agropecuário e Ambiental

Secretário de Política Agrícola e de Meio Ambiente do PSB/MA

1) Introdução

O baixo desempenho da agricultura familiar está relacionado principalmente com a falta de pesquisa tecnológica direcionada para o segmento, com a **deficiente ou inexistente assistência técnica**, com o **precário modelo de comercialização** e com o **difícil acesso ao crédito**, embora este último exista em abundância, pelo menos do ponto de vista do orçamento apresentado no Plano Agrícola e Pecuário 2007/2008 do Governo Lula.

Cabe ao município, como principal beneficiário dos resultados das atividades agrícolas familiares, se envolver na problemática e buscar soluções, de forma a conseguir a sustentabilidade da atividade e a preservação dos recursos naturais.

Se o município tem uma agricultura organizada, com assistência técnica, estrutura de armazenagem, centro de abastecimento e comercialização de produtos agropecuários, feiras livres com sistema de transporte da produção e compras programadas, certamente que a agricultura familiar terá bons resultados. Por consequência, o município terá maior arrecadação de ICMs, IPI, ISS, e outros impostos e taxas. Com um melhor nível de renda e qualidade de vida, a população passa a demandar menos serviços e gastos com saúde, refletindo positivamente nas despesas municipais. No comércio há um aumento de consumo, com consequente geração de postos de trabalho. Dinheiro a mais no campo é sinal de incremento na construção civil nas cidades. Enfim, o município cresce do ponto de vista econômico e pode passar a oferecer aos munícipes melhores equipamentos públicos e uma melhor urbanização.

A intervenção do poder municipal, no sentido de organizar o setor agrícola, depende muito da vontade do seu primeiro gestor e dos diversos atores do segmento agrícola (sindicatos de traba-

lhadores (as) rurais, da Secretaria de Estado da Agricultura, dos profissionais em ciências agrárias, das associações de produtores, da Embrapa, do Senar etc...).

Convém lembrar que o produtor familiar, diferentemente do agricultor empresarial (agronegócio), não evolui porque não tem como pagar a assistência técnica particular, também não tem acesso às tecnologias direcionadas para a sua atividade (pesquisa agropecuária) e como consequência não obtém o crédito por não dispor de escritório que elabore os seus planos e projetos.

A municipalização da agricultura surge então como a mais simples e prática forma de solucionar essa questão no Maranhão, já que é um Estado que não dispõe de escritórios locais e regionais da EMATER.

Pensar em deixar esse problema sob a responsabilidade do Governo do Estado seria inviável, dado o volume gigantesco de investimentos que seriam necessários para montar uma rede de atendimento em todos os 217 municípios. **Se cada um tomar conta de si, a coisa anda!**

O Estado também tem que participar, tem que entrar no processo como coadjuvante, auxiliando com os municípios na infra-estrutura de transporte, informática, capacitação de técnicos ou mesmo com a dotação de corpo técnico às suas expensas. Tudo isso poderia ser discutido e obtido através de convênios.

Como sugestão para se deflagrar um processo de desenvolvimento da agricultura em nível de município, com meta de atender inicialmente a pelo menos 400 unidades familiares de produção UFP, sugere-se as seguintes tomadas de decisão, suprimindo o que está exarado no primeiro parágrafo deste documento:

- a) A prefeitura deve estruturar sua Secretaria de Produção tendo um departamento de Assistência Técnica Rural (**escritório de planejamento e de extensão rural, con-**



veniado com os Bancos oficiais, de sorte a poder elaborar projetos e prestar assistência técnica a nível de imóvel e produtor). Com uma estrutura simples, o escritório deverá ter como recursos humanos pelo menos 2 engenheiros agrônomos, 1 médico veterinário, 4 técnicos agrícolas, um assistente social e dois técnicos administrativos com conhecimentos de computação em Excel, Word e Auto Cad;

- b) Ter uma estrutura mínima de transporte composta de 3 motocicletas, um carro adequado para os serviços de campo; dois computadores com impressoras, ligação com a internet, um GPS de navegação e o mobiliário necessário. Se possível deve funcionar em espaço da própria prefeitura, pois dispensa os gastos com aluguel, vigilância, material de limpeza, pessoal que faz os serviços gerais, cafezinho etc., além de aproximar o trabalhador rural da administração municipal.
- c) Criar um fundo de desenvolvimento agrícola, onde a prefeitura municipal destine através de projeto de lei, 0,5% da arrecadação do FPM, 0,5% do ICMS, cem por cento da receita obtida pelo escritório de projetos e recursos dos convênios com o Governo do Estado, Governo Federal, INCRA (ATES) para suprir as despesas com o custeio da assistência técnica, deslocamentos, material de expediente, dia de campo, seminários, capacitação de técnicos e de produtores etc.

II) A Operacionalização

Com o Departamento de Assistência Técnica criado, o Prefeito e o Secretário de Produção devem partir imediatamente para a formação do quadro de pessoal, que deverá ser através de concurso, recrutando-se dessa forma os melhores.

Uma vez empossados na função, todos os técnicos (nível superior e médio) deverão fazer treinamentos específicos em elaboração de planos e projetos e de condução e acompanhamento das principais atividades agrícolas demandadas no Estado.

Paralelamente deverão firmar convênios com os Bancos (Brasil, Nordeste e Amazônia), de forma a poderem apresentar planos e projetos, bem como prestar assistência técnica e poder receber a remuneração por esses serviços na forma do contido no Manual de Crédito Rural.

O Estado deveria através da Escola de Governo, juntamente com a UEMA, o SEBRAE e com os Bancos, participar ativamente da capacitação

inicial nesta nova fase da retomada da assistência técnica. Se não for possível, o Município deveria contratar consultores (Empresas Privadas de Assistência Técnica) para ministrar os treinamentos (passar o conhecimento). A coisa andaria muito mais rápida e os resultados também. O novo corpo técnico aprenderia o que acontece na prática do dia a dia.

Os produtos da assistência técnica e extensão rural são muitos e demandam muitas horas de trabalhos dos técnicos envolvidos. Podemos citar a elaboração de projetos, reuniões técnicas com produtores, assistência a nível de imóvel, calibração/regulagem de equipamentos/implementos, medições de áreas, análise de documentos, interpretação de análise de solo, consultas, elaboração de diagnósticos municipais, pareceres técnicos, avaliações, perícias técnica e judicial, organização de associações e cooperativas, perícias de PROAGRO, levantamento de preços de produtos agrícolas, acompanhamento de análises climáticas, inventário florestal, elaboração de processos para a utilização de uso do solo, averbação de reserva legal, instalação de parcela de experimentos, acompanhamento do mercado agropecuário etc. Como se pode observar, o consultor deve ter conhecimento sobre todos esses assuntos, além do conhecimento agrônomo.

A condução da parte financeira deve ser feita em comum com a Secretaria de Finanças da Prefeitura, acontecendo dentro do orçamento e da disponibilidade de recursos e tendo como ordenador de despesas o Prefeito, que deverá se empenhar para que as demandas sejam atendidas tempestivamente e as ações tragam resultados positivos.

A assistência técnica acontece de forma harmônica quando os três “Cês” estão contemplados, ou seja, C de Condição (financeira), o C de Condução (transporte) e C de Capacitação (treinamento permanente do corpo técnico). Quando essas condicionantes estiverem satisfeitas, as outras coisas acontecerão automaticamente e os resultados serão visíveis já na primeira safra.

III) O que se espera?

1) Que os municípios tomem a consciência de que o desenvolvimento da agricultura passa indubitavelmente pela pesquisa tecnológica agropecuária, pela assistência técnica e pelo crédito;

2) Que é fundamental e necessária a intervenção do Município e sua ativa participação no processo;

3) Que os Municípios não esperem mais. Que tomem uma atitude urgente e implementem as ações aqui sugeridas, para que se possa dar a arrancada definitiva para o desenvolvimento da agropecuária maranhense;



4) Que uma vez implementadas essas ações, haja, ainda na safra 2007/2008, um aumento significativo na produção e na produtividade agropecuária, na arrecadação municipal, melhorias tecnológicas nos eixos produtivos locais, incremento no comércio e na indústria, melhoria de renda e na qualidade de vida;

5) Que com isso os Municípios estejam preparados para se engajarem nos planos de desenvolvimento dos governos estadual e federal;

6) Que novas atividades (irrigação, apicultura, piscicultura, avicultura, suinocultura, ovino-caprinocultura etc) venham a se somar ao rol de atividades já praticadas nos municípios e que sejam desenvolvidas em bases econômicas e sociambientalmente sustentáveis;

7) Que se possa, através do crédito, tecnologias e assistência técnica, reduzir a zero, nos próximos dez anos, esse modelo de agricultura itinerante, baseada em modelos primitivos que

usam como instrumental tecnológico a foice o machado e a caixa de fósforo;

8) Que se possa acabar com a cultura do fogo, responsável anualmente pela queima de mais de um milhão de hectares no Maranhão, com a emissão de mais de trinta e sete milhões de toneladas de carbono na atmosfera, contribuindo sobremaneira com efeito estufa;

9) Que se possa, com o corpo técnico dos municípios, incrementar ações de desenvolvimento estabelecidas no Plano de Governo, como escolas familiares rurais, escolas famílias agrícolas, distribuição de sementes selecionadas, construção de consórcios de produção, combate à febre aftosa e outras zoonoses.

10) Que aproveitemos de maneira racional e ecologicamente sustentável os nossos imensos recursos naturais, capazes de tornar a população rural maranhense a de mais alto padrão de vida do país.



Integração entre socialismo, cooperativismo e sindicalismo como presuposto para o desenvolvimento econômico

Heitor Schuch – PSB/RS
Deputado Estadual

As Cooperativas e Sindicatos são organizações da classe trabalhadora que surgiram, simultaneamente, num processo de resistência e luta dos trabalhadores, durante a revolução industrial, contra a exploração da mais-valia, ou seja, o capitalismo e são, por natureza e princípios, organizações socialistas. Portanto, podem ou não, na sua prática, estar vinculadas a um projeto socialista de organização social econômica.

No passado, as teses dos socialistas utópicos enxergavam no cooperativismo uma alternativa na qual os trabalhadores, ao mesmo tempo em que organizavam greves, através de seus sindicatos, organizavam-se em cooperativas. Nessa concepção estava a idéia da concorrência com as empresas capitalistas com a finalidade de conquistar o mercado e gerir coletivamente os meios de produção. Robert Owen, um dos principais socialistas utópicos, foi o idealizador do movimento que orientava os sindicatos a criar cooperativas de produção e defendia a criação do que ele denominava de aldeias cooperativas, sob o controle dos trabalhadores. As organizações cooperativas eram vistas como empresas socialistas que, organizadas em associações, constituíram sociedades de produtores associados.

No ano de 1817, Owen no “Relatório à Comissão de Assistência aos Operários Pobres” defendia a tese de um plano completo de reorganização da sociedade, através da união e agrupamentos de pessoas desempregadas em aldeias cooperativas que, por sua vez, desenvolveriam a produção agrícola e industrial.

Embora que na época havia contradições entre os socialistas utópicos, foi uma das pioneiras formulações sobre uma sociedade socialista centrada em organizações cooperativas.

O princípio fundamental das cooperativas era o autocontrole e a autogestão. Gerenciadas de forma democrática e igualitária, com participação de todos os associados. Um instrumento que mais

se aproxima dos princípios socialistas como organização social e econômica.

No Brasil e no Rio Grande do Sul, já tem história de mais de um século e teve centrado em poucos ramos do crédito e do agropecuário, em poucas experiências não estiveram vinculados a um projeto socialista. Mais recentemente, a esquerda brasileira enxerga o cooperativismo como um instrumento importante na organização social e econômica. Nós, do PSB – Partido Socialista Brasileiro, precisamos realizar encontros unificados num mesmo projeto político para fomentar o associativismo. O sindicalismo e o cooperativismo gaúcho e brasileiro também surgem de um mesmo movimento, no início da industrialização, quando os trabalhadores fundaram suas organizações sindicais e associações, com o apoio das lideranças locais e da Igreja, para defender os interesses da categoria e sociedade de crédito mútuo, de consumo e de habitação, entre outras, com a finalidade de possibilitar o desenvolvimento de oportunidades de trabalho, renda, acesso a produtos em condições mais acessíveis, à moradia e organização da produção aos membros associados.

No Brasil, muitas cooperativas surgiram no início do século, inspiradas nas experiências europeias, famosas caixas rurais (experiência alemã – Raiffeisen) e também da experiência anarco-sindicalista. Neste período, no Brasil, foram criadas muitas cooperativas e algumas organizadas e denominadas de “mútuas” e, como a própria denominação refere, elas têm como objetivo: a ajuda mútua, com uma estreita relação na luta e projeto político revolucionário.

No Brasil, o modelo que ficou consolidado foi o de um Cooperativismo Conservador, com raras exceções, tinham um viés socialista e de base social forte. Na era getulista, foram formuladas as primeiras iniciativas de legislação e de regulamentação do cooperativismo. O Governo Militar, mais precisamos no ano de 1971, através



da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, definiu a estrutura atual do sistema cooperativista. A legislação brasileira formatada determinou uma estrutura com limites ao desenvolvimento do cooperativismo, com uma estrutura de representação centralizada e controlada pelo Estado, através da coordenação da OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. Esse sistema de representação ainda perdura, embora com a nova constituição de 1988, o Estado tenha saído da tutela do cooperativismo brasileiro. Mais recentemente, em 1998, foi criado pelo Governo Federal, o SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, com a finalidade de fomentar o desenvolvimento do cooperativismo no Brasil. Mesmo com isso, muitos dirigentes continuam agindo como se o Estado fosse um “tutor”, das cooperativas. Isso é contraditório, na medida em que ela tem princípios básicos que devem ser seguidos durante sua organização e, principalmente, no seu funcionamento operacional de gestão.

Um modelo que se desenvolveu no período da “modernização da agricultura”, baseado na modernização tecnológica, na forte intervenção do Estado, dependente de subsídios do poder público para seu funcionamento que, por sua vez, incorporou uma grande parcela da agricultura familiar aos mercados agrícolas e, em especial, a produção de produtos destinados à exportação. Com isso, elas tiveram um papel na transformação da estrutura do setor agrícola gaúcho e brasileiro, alterando fortemente a base técnica e pela integração de capitais agrícolas industriais e financeiros. O foco principal do fomento era criar escala de comercialização em se tratando de volumes. Ideologicamente, essas cooperativas representavam um discurso conservador da revolução verde e da modernização da agricultura, da qual nós sabemos quais foram os resultados e as atuais conseqüências desse modelo.

No início dos anos 80, com o avanço da crise do setor agropecuário e com a exclusão de muitos agricultores de base familiar, levou à ação de Sindicatos, Movimentos Sociais e Igrejas a pensarem na construção de um novo tipo de organização, mais apropriadas e identificadas com as necessidades dos agricultores familiares, nos mais variados segmentos de produção.

Com as transformações no mercado de trabalho e as relações no mundo capitalista, estão desencadeando outras formas de organização do trabalho e da produção. Por iniciativa dos próprios trabalhadores, um grande número de experiências coletivas de trabalho e produção estão surgindo em todo o Brasil sob diferentes formas de cooperativas, associações e organizações em regime de autogestão.

Por isso, o debate atual do PSB, nos seus Congressos Estaduais e Federais não prescinde da necessidade de pensar e debater novas formas de promover o desenvolvimento econômico e social, numa estratégia de ampliação de postos de trabalho que passe por políticas nacionais, estaduais e municipais de expansão e fomento, a geração de empregos, desenvolvimento local sustentável e que seja centrado na economia solidária.

No plano político do Partido Socialista Brasileiro, nas ações do MPS, da SSB, do Movimento de Mulheres, da JSB e demais setores do partido e, principalmente, os detentores de mandatos nos Executivos e Legislativos Municipais, compreendem a necessidade de novas formas de organização, que enfrentam o modelo de exploração capitalista dos trabalhadores.

No plano operacional, o organizativo torna-se fundamental nas ações de Governo e políticas de desenvolvimento social e econômico com incentivo ao cooperativismo e sindicalismo e que seja inserida uma agenda de articulação e organização de fomento das iniciativas solidárias com os demais aspectos da agenda do PSB, como ação positiva em projetos que visem o combate político às históricas barreiras estruturais das lutas dos trabalhadores do campo e do setor urbano.

Portanto, o desenvolvimento econômico e social através da economia solidária dependerá de condicionantes legais e das políticas públicas que busquem implementar cooperativas no campo da organização da produção, da habitação popular, de frentes emergenciais coletivas de trabalho, de formação profissional, de reciclagem de lixo, entre outras.

Avaliando as transformações da economia. O PSB tem que pensar na construção de um desenvolvimento solidário como uma das estratégias para as ações políticas do Partido, articulado com a base social, as que mais se aproximam das bandeiras históricas.

Nesse contexto, as principais tarefas do Partido são:

- I. Fazer valer os sete princípios do Cooperativismo (1 – adesão solidária e livre; 2 – gestão democrática pelos membros; 3 – participação econômica dos membros; 4 – autonomia e independência; 5 – educação, formação e informação; 6 – intercooperação e 7 – compromisso com a comunidade;) São princípios que se encaixam perfeitamente nos do nosso Partido.
- II. Combater o falso cooperativismo e sindicalismo;
- III. Incentivar a geração de oportunidade de trabalho e renda;

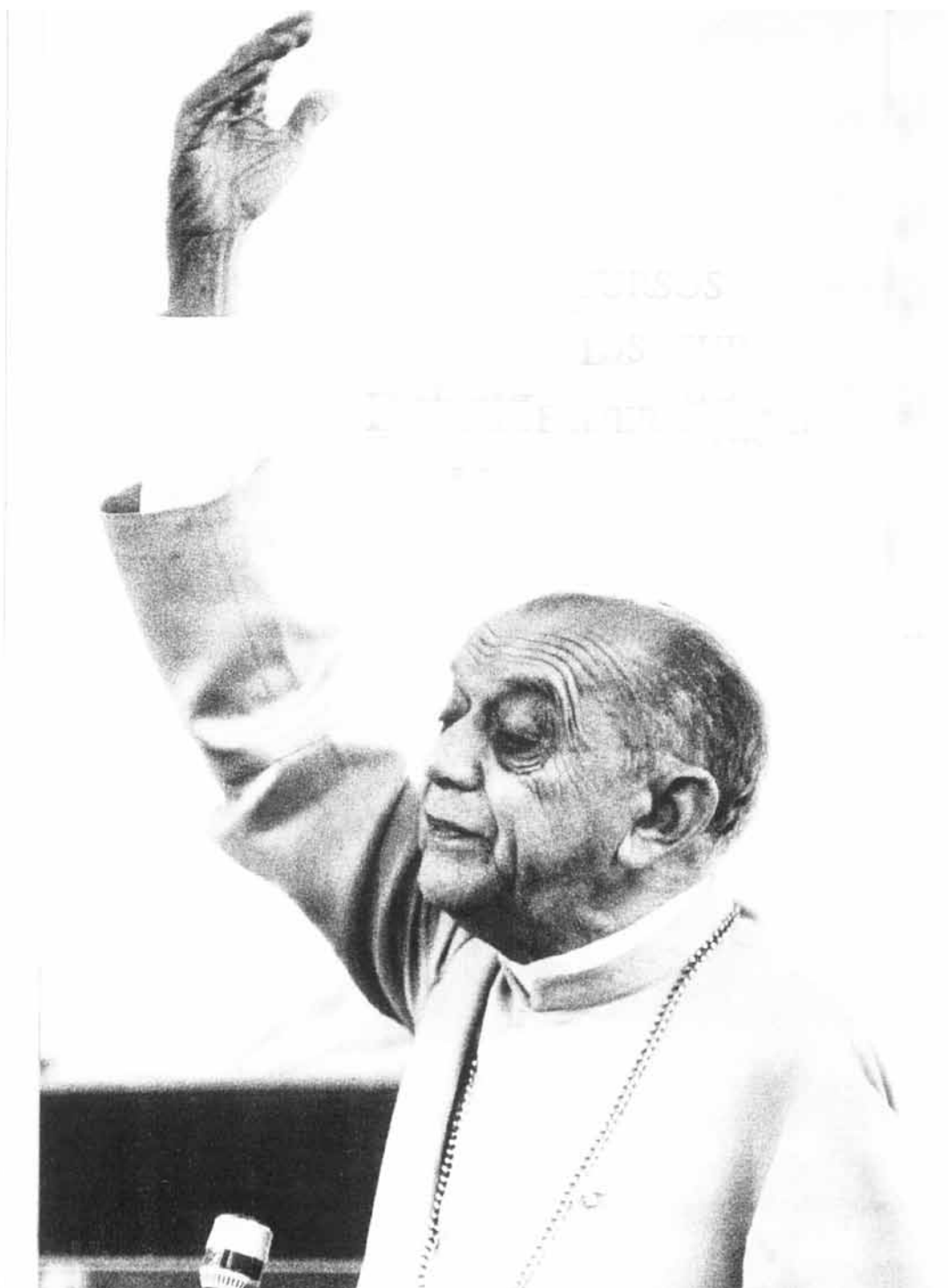


- IV. Implementar um programa de educação e formação em economia solidária;
- V. Criação de um Fundo e Agência de Desenvolvimento Econômico, através de legislação específica, com dotação orçamentária de até 5%, com a finalidade de gerar novas fontes de trabalho e renda em organizações de caráter solidário e contribuir nos Municípios e no Estado, na construção alternativa de desenvolvimento econômico e social sustentável, democrático com inclusão social.

Pela nova Constituição Federal, foi atribuí-

da aos Municípios autonomia não só política, mas também financeira. O PSB, inserido na organização política institucional do País e integrante da estrutura federativa, como agremiação de representação política não pode deixar de colocar na ordem das temáticas o tema **Sindicalismo** e **Cooperativismo** como instrumentos fundamentais no desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, com essa ponderação, pretende-se contribuir com o debate do nosso Congresso Estadual e como alternativa para promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado e do País, tendo por passe o desenvolvimento local solidário.



Programa de governo para municípios

Luiz Carlos Lima Almeida – PSB/MA
Engenheiro Agrônomo
Consultor Agropecuário e Ambiental
Secretário de Política Agrícola e de Meio Ambiente do PSB/MA

O tema é bastante apropriado para esta época que antecede as eleições de outubro próximo.

Em 1º de janeiro, os novos prefeitos e os reeleitos serão conduzidos ao mais importante cargo da administração pública, pois a eles será conferida a responsabilidade de administrar o orçamento municipal.

Durante quatro anos, salvo por morte, impeachment ou renúncia, o prefeito terá o poder outorgado pelo povo, através do voto depositado nas urnas, de conduzir bem ou mal o orçamento público.

É uma responsabilidade muito grande tanto para os que vão votar quanto para os que vão ser eleitos.

O candidato a prefeito, com a sua possível eleição, deve se preparar para o cargo. Deve conhecer os mecanismos de gestão pública, a lei de responsabilidade fiscal, a lei orgânica do seu município, ter em mente o quadro de pessoal técnico que irá assessorá-lo e sobretudo ter a visão das necessidades e anseios da população de seu município.

Surge a necessidade do planejamento.

O planejamento é um instrumento dinâmico da administração.

Deve sofrer os ajustes sempre que houver necessidade. Não é uma coisa imutável. As situações conjunturais, orçamentárias e/ou políticas vão exigir ao longo da gestão adaptações no modelo administrativo adotado. É o que se chama de correções de rumos.

O planejamento público nasce ainda na campanha, com o **Programa de Governo**.

Aqui estamos falando de **PROGRAMA DE GOVERNO PARA MUNICÍPIOS**.



O Diagnóstico Municipal é o mais importante instrumento do Planejamento Público

É por ele que se vai conhecer a realidade do município e todos os pontos fortes e fracos. A vocação econômica e os anseios da sociedade.

Qual a situação da educação, da saúde, da infra-estrutura, da segurança, das instituições, dos programas sociais, da produção agrícola, da produção industrial e dos setores do comércio e de serviços.

Como está organizado o município. Se tem código de postura, código do meio ambiente, plano diretor, se tem os conselhos de desenvolvimento rural sustentável, de educação, de saúde etc.

Como se encontra a situação econômica e financeira da Prefeitura. Como é que estão as obrigações com o INSS, com os fornecedores, com os projetos que receberam verbas estaduais e federais, com os repasses para a saúde (SUS), educação (FUNDEB), a arrecadação própria etc. Enfim, como está a cumbuca onde o eleito vai colocar a mão.

O diagnóstico é construído a partir das informações que se dispõe nos sites do IBGE, dos gover-



nos estadual e municipal, e de pesquisa local através de questionários aplicados na comunidade.

O diagnóstico deve ser elaborado por uma equipe heterogênea formada no âmbito do partido, por pessoas capacitadas para tal.

Uma vez construído o diagnóstico e identificados os anseios da coletividade, elenca-se todos os projetos que possam ser implantados durante os quatro anos de governo.

Esse conjunto de projetos passa a ser PROGRAMA DE GOVERNO DO CANDIDATO.

PROGRAMA DE GOVERNO

No exemplo a seguir, organizamos os diversos projetos em três programas, a saber:

I - PROGRAMA DE APOIO À PRODUÇÃO E À COMERCIALIZAÇÃO.

- 1) Projeto de municipalização da agricultura.
 - 1.1 Sub-projeto – Criação do Escritório Municipal de Assistência Técnica Rural;
 - 1.2 Sub-projeto – Casa Familiar Rural;
- 2) Projeto de apoio à ovino-caprinocultura (distribuição de matrizes e reprodutores e assistência técnica para famílias de baixa renda);
- 3) Projeto de criação da Feira do Produtor;
- 4) Projeto de incentivo à piscicultura (abertura de tanques e assistência técnica);
- 5) Projeto de incentivo à irrigação e formação de pequenos pomares;
- 6) Projeto de mecanização agrícola e melhoria tecnológica das explorações;
- 7) Projeto de Assentamentos de Famílias Rurais.

II – PROGRAMA DE MELHORIA DE INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL

- 1) Construção e/ou melhoramentos das estradas que ligam os povoados à sede do município;
- 2) Construção do estádio de futebol;
- 3) Melhoria e/ou reforma do ginásio de esportes;
- 4) Construção de avenida com passeios, praças e áreas de lazer;

- 5) Melhoria de ruas e avenidas;
- 6) Melhoria da iluminação pública;
- 7) Construção e recuperação das escolas rurais e urbanas;
- 8) Relocalização/construção do mercado público;
- 9) Melhoria de rede d'água e ampliação da estação de tratamento;
- 10) Recuperação/despoluição dos riachos Lava Cara, Caetano e Bacaba;
- 11) Relocalização/construção da Rodoviária;
- 12) Melhoramento e nivelamento das calçadas;
- 13) Construção da rede e da estação de tratamento de esgotos;
- 14) Construção do aterro sanitário;
- 15) Construção do incinerador de resíduos hospitalares;
- 16) Construção e melhoria dos postos de saúde;
- 17) Construção/ampliação do hospital;
- 18) Construção de poços artesianos e caixa d'água nos povoados;
- 19) Criação de distrito industrial;
- 20) Incentivo à instalação de indústrias de vestuários, calçados etc.

III – PROGRAMA DE APOIO INSTITUCIONAL

- 1) Organização das Associações Comunitárias Urbano e Rurais;
- 2) Organização dos Conselhos de Saúde, Social, Rural, de Meio Ambiente, de Educação etc...;
- 3) Preparação de mão-de-obra nos diversos segmentos econômicos;
- 4) Cursos de artesanato;
- 5) Escolinhas de esportes (judô, futebol, ginástica, capoeira, atletismo etc...)
- 6) Escola de música e banda musical;
- 7) Escola de artes para jovens e idosos;
- 8) Construções e instalações de creches;
- 9) Incentivo a instalação de hortas comunitárias, familiares e escolares;
- 10) Feiras de artesanato;
- 11) Organização de cooperativas de produção;



Socialismo, miscigenação e brasilidade

Pelas bases o Partido cresce, pelas bases o PSB se fortalece!

Cláudio Valverde Santos

(secretário de finanças da executiva estadual do PSB/SP)

Francisco Amaro Gurgel Filho

(secretário especial da executiva estadual PSB/SP)

Pedro Marcello

(secretário de comunicação da executiva estadual do PSB/SP)

Pelas bases o Partido cresce

Nesses anos de militância junto ao Partido Socialista Brasileiro – PSB no Estado de São Paulo, nos diferentes segmentos partidários nos quais atuamos, seja como dirigentes estaduais do Partido, da Juventude Socialista, no processo de formação política ou de comunicação do PSB, de forma recorrente temos insistido que o crescimento e o fortalecimento do Partido se faz pelas bases partidárias.

Essa visão da ação orgânica do Partido tem como fundamento o planejamento estratégico e a formulação de rumos. Previsão das ações como meio eficaz de implantar o ideário socialista, constante no Programa do PSB, o qual lutamos para ver triunfar.

Nos últimos congressos nacionais tratamos dessas idéias com as teses **“Pelas bases o Partido cresce, pelas bases o PSB se fortalece”**, contudo as recentes experiências partidárias acumuladas ao longo dos anos fizeram com que inseríssemos no debate, além das questões de organização partidária, o conceito de socialismo brasileiro que quase sempre não é debatido nos fóruns internos.

Hoje entendemos a idéia de socialismo brasileiro sob o corte geográfico, ou seja, somos **socialistas brasileiros** porque nossa militância está localizada no Brasil. Mas o socialismo presente em nosso programa e nos corações de nossos fundadores, líderes e dirigentes é o **socialismo** que é **brasileiro** porque tem identidade com o nosso povo, com nossa gente.

Se considerarmos a atividade partidária fundamentada em três pilares básicos: IDÉIA, AÇÃO e ESTRUTURA, veremos recentes e expressivas vitórias no campo estrutural e no da ação partidária. Por isso, esta contribuição tende a incentivar o debate do ideário do PSB, centrado na identidade do povo brasileiro e no papel da miscigenação no processo de formação da gente brasileira.

Um Socialismo mestiço

Darcy Ribeiro, Jorge Amado, Roquete Pinto, Joaquim Nabuco, Silvio Romero, dentre outros, já teorizaram sobre a miscigenação da nossa gente e sua característica multi-cultural. Homens públicos da envergadura moral de Miguel Arraes, Leonel Brizola, Luis Carlos Prestes e João Amazonas também fizeram política e partido tendo como razão maior: o amor pelo Brasil e por seu povo.

Mas acreditamos que nossa militância dentro do PSB deve estar centrada em consolidar o socialismo como sistema econômico e a miscigenação como forma de relação humana deste sistema. Transformar a experiência brasileira de miscigenação numa teoria política.

A consolidação do ideário socialista brasileiro incluirá formação doutrinária e ações concretas na luta política diária, até criarmos uma vontade coletiva social favorável ao ideário do PSB. A grandiosidade do Brasil não está apenas em suas dimensões, suas riquezas naturais e minerais, nem tão só em seu potencial econômico e político. O tipo de relação humana que o Brasil adotou, baseado na mistura de raças, povos e inteligências, hoje está integrado à própria identidade do brasileiro. É um modelo aplicável a qualquer nação do mundo.

Para que tenhamos novos êxitos na luta política precisamos formar quadros resolutos. A vitória de programa socialista só será possível se enviarmos os mais corajosos e os mais competentes, com capacidade de organização e luta. Os socialistas do PSB devem ser mensageiros deste socialismo abrasileirado, mestiço e moderno. Deve ser este nosso novo pensar. Nosso novo agir.

Como disse Arraes, “não se pode mudar o mundo unindo um só Partido. Devemos unir o povo em torno de idéias”. Na sociedade brasileira há movimentos organizados que têm debatido com intensidade essas idéias que há anos estão presentes na formulação do PSB, como é o caso



do Movimento em Marcha – MM, com o qual temos convivido em São Paulo. Como estes, há muitos mais, com os quais o PSB e seus militantes podem contar na empreitada de unir o Povo em torno de sua própria identidade.

Brasilidade: aquilo que nos faz iguais

Um valor indiscutível da sociedade brasileira é a sua identidade de povo. Há algo tão forte nisso que é comum vermos estrangeiros de várias matizes que, ao conviverem com brasileiros, testemunharem ter-se abasileirado. Claro que outros países também têm seus elementos de identidade. O que dá uma característica única à nossa brasilidade é que ela é um elemento de identidade aberto, inclusivo, fraterno e solidário.

Acreditamos que o socialismo que o PSB leva a sociedade brasileira é a teoria política com mais viabilidade de consolidar-se no Brasil porque tem íntima identidade com o processo de formação do povo brasileiro e com seus valores de paz, fraternidade e solidariedade.

Só pode ganhar corações e mentes, aqueles que estão plenamente convencidos da mensagem que apregoam. É preciso apaixonar-se, para assim apaixonar os outros em nossa volta. O PSB é Partido do Brasil e dos brasileiros. Sob essa idéia

devemos centrar o projeto nacional do Partido de eleger o próximo presidente da república.

Depois de um nordestino que foi a São Paulo vencer as adversidades para tornar-se o primeiro presidente operário da história do País, o caminho a percorrer pelo PSB na sucessão do presidente Lula é oferecer ao povo brasileiro a opção de eleger um paulista que foi ao Nordeste, fez carreira política vitoriosa e vida pública honrada. Um homem que escolheu renunciar a sua postulação presidencial para dar suporte ao atual governo.

Alguém que nunca, mesmo nos momentos mais difíceis, deixou de ser a voz mais firme e presente na defesa incondicional das conquistas do governo Lula. Um companheiro comprometido responsabilmente em avançar nas áreas onde o povo ainda espera por mudanças.

Nosso sentimento de brasilidade nos faz acreditar e defender que o Brasil miscigenado merece Ciro Gomes presidente, e um governo federal onde o PSB reúna, além dos partidos do Bloco de Esquerda, os demais partidos do campo progressista.

**Socialismo, Miscigenação e Brasilidade.
Pelas bases o Partido cresce, pelas bases o
PSB se fortalece!**



Sistema de avaliação da rede de ensino

Prof^a. Hilberlene Barbosa Santos

Graduada em Pedagogia com Habilitação em Magistério e Administração Escolar pela Universidade Federal do Maranhão, Pós-Graduada em Supervisão Escolar pela Universidade Salgado de Oliveira – RJ e em Metodologias Inovadoras Aplicadas à Educação (cursando) pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano – IESF/MA. Presidente do PSB de Presidente Juscelino – MA

1. PREÂMBULO

Focalizando como princípios SOCIALISMO e LIBERDADE, um governo socialista deverá ter como pilares: democracia, justiça social, ética, cidadania, desenvolvimento sustentável e paz. Desta forma, espera-se, basicamente, de uma administração do Partido Socialista Brasileiro a seguinte política:

- Que proponha meios para incentivar e garantir a **participação popular na gestão do município**;
- Que promova o **desenvolvimento local** economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente equilibrado;
- Que prime pela melhoria da **qualidade de vida** da população, resgatando a **dignidade humana** do seu povo;
- Que garanta a **transparência** nos investimentos em educação, saúde, habitação, transporte coletivo, saneamento básico e demais serviços públicos que beneficiam a população;
- Que respeite e preserve o **meio ambiente** (mananciais e áreas verdes) e patrimônio histórico local;
- Que garanta a **liberdade de expressão** das pessoas e sobreponha a **igualdade de direitos e deveres** acima dos interesses particulares;
- Que valorize e incentive a **produção cultural e artística** do seu povo;

Entendendo ser estas as diretrizes que vão nortear todo o programa de governo do município, sugere-se que o planejamento de suas ações siga a pauta seguinte:

1. CONHECIMENTO DA REALIDADE LOCAL – análise conjuntural – estabelecer um instrumento sério e eficiente que permita uma espécie de realidade do município em suas diversas dimensões (aspectos econômicos, educacionais, políticos, sociais, ambientais, culturais, geográficos e relacionados à saúde populacional) para

que favoreça um planejamento real e efetivo de suas ações.

2. IDENTIFICAÇÃO DOS ANSEIOS DA POPULAÇÃO – projetar, estrategicamente, ações que venham responder às necessidades e ao ideal da comunidade;

3. ARTICULAÇÃO COM OS DEMAIS PODERES CONSTITUÍDOS E COM A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA – ampliar a discussão e a participação no estabelecimento de políticas e estratégias para o desenvolvimento do município. Envolvendo a sociedade democraticamente estará, ao mesmo tempo, valorizando-a e a comprometendo com sua gestão.

Tendo estes pressupostos como pano de fundo, apresentar-se á a seguir, uma proposta para a área educacional, acreditando ser a educação a maior bandeira de luta para o desenvolvimento sustentável, a desalienação do povo e a construção de uma sociedade realmente socialista.

2. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

No campo educacional, mais precisamente no processo ensino-aprendizagem, a prática avaliativa constitui-se um momento privilegiado de diagnose ao mesmo tempo em que permite um replanejamento do trabalho realizado no interior das escolas. Se o foco se amplia um pouco mais é possível, inclusive, possibilitar um redirecionamento da própria gestão escolar, em vistas do alcance dos objetivos institucionais.

Nesta perspectiva de conceber a avaliação como um instrumento valiosíssimo para a gestão da educação, duas situações são imprescindíveis. A primeira é ter claro qual projeto se quer construir. Aonde se quer chegar? Qual o perfil de educador que se quer atuando na rede municipal? Qual perfil de educando se pretende formar? Em quais circunstâncias (infra-estrutura das escolas, recursos disponíveis, currículo, etc.) acontece o ensino no município e quais propostas de melhoria serão oferecidas?



Todos esses questionamentos e outros mais que poderão surgir indicam a necessidade de se construir o Projeto Político-Pedagógico da Rede. Um instrumento que será a referência para todas as escolas da rede de ensino do município deverá ser elaborado participativamente, envolvendo todos os segmentos que configuram a comunidade escolar. Nele serão estabelecidas as metas e os programas da educação municipal no governo socialista.

A segunda situação a que me refiro, está diretamente ligada a primeira que é exatamente o acompanhamento da execução do Projeto Político-Pedagógico. Para tanto, e aqui está exatamente o foco desta tese, propõe-se a implementação de um **Sistema de Avaliação da Rede de Ensino Municipal**, a quem denominaremos de **SAREM**.

2.1 Objetivos do SAREM

O SAREM será realizado anualmente e aferirá, além do rendimento escolar dos alunos, o desempenho dos professores. Os resultados da avaliação serão colocados à disposição dos educadores, gestores e da sociedade, a fim de subsidiar a projeção de ações que superem os problemas de aprendizagem e a proposição de situações de ensino cada vez mais significativas para os alunos, além, ainda, de instrumentalizar a comunidade para uma participação mais efetiva da gestão da escola, tendo em vista o seu aperfeiçoamento. Desta forma, a sociedade civil poderá acompanhar melhor e fiscalizar os serviços educacionais oferecidos à população, bem como efetuar novas demandas.

Além dos supracitados, o SAREM terá ainda como objetivo estimular a qualidade da educação municipal, despertando os alunos para a responsabilidade com seus estudos e os professores para o compromisso com o ensino público e sua carreira profissional.

O SAREM constitui, assim, uma espécie de “bússola” para a orientação da Secretaria Municipal de Educação, especialmente no que diz respeito aos investimentos na capacitação dos profissionais do magistério e nas necessidades mais evidentes das escolas, tendo como meta principal a melhoria da qualidade educacional.

2.2 Como será aplicado o SAREM?

Como já foi dito, o SAREM abrangerá duas dimensões: o rendimento dos alunos e o desempenho do professor. Assim, serão aplicados dois instrumentos diferentes. As séries alvo da aferição serão o 1º, o 5º e o 9º ano do Ensino Fundamental e a 3ª série do Ensino Médio. Já para a catego-

ria docente o foco será em torno das experiências pedagógicas mais inovadoras, significativas e relevantes.

Na avaliação dos alunos o SAREM enfocará competências e habilidades cognitivas nos componentes curriculares das áreas de Ciências da Linguagem e Códigos, Ciências da Natureza e Matemática e Ciências Humanas, a partir das propostas nacionais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 e dos Parâmetros e Diretrizes Curriculares Nacionais. Os instrumentos serão de caráter objetivo e propõem um tema para Redação do tipo narrativo-descritivo para o Ensino Fundamental e dissertativo-argumentativo para o Ensino Médio.

Na avaliação dos professores poderá participar qualquer docente de qualquer nível de ensino da rede municipal, independente da localização de sua escola. Haverá uma inscrição das experiências mais relevantes que deverão atender a critérios didático-pedagógicos pré-estabelecidos consoantemente com o Projeto Político-Pedagógico da Rede. A avaliação será feita por uma banca composta por membros da Secretaria Municipal de Educação e especialistas convidados que deverão além de, analisar o projeto escrito e a apresentação dos resultados, proceder com uma observação in loco e até aplicar instrumentos de sondagem para verificarem os resultados alcançados, se acharem necessário.

Crítérios como originalidade, atendimento à demanda, possibilidades de construção e produção de conhecimento, nível de abrangência, atuação dos alunos, organização do projeto e controle dos resultados, assim como outros que possam ser acrescentados, serão avaliados no desenvolvimento do projeto. A apresentação do projeto e seus resultados serão feitos oralmente pelo professor autor do projeto para a banca julgadora.

2.3 Divulgação dos Resultados

Os resultados do SAREM tanto na categoria discente como docente serão divulgados em âmbito municipal através de impressos da Secretaria Municipal de Educação. Deverão ser destacados e premiados os três primeiros lugares de cada categoria. Será instituído o Prêmio Tope do Ano que será entregue em cerimônia especial. Além do título, sugerem-se alguns prêmios, como: para ALUNOS: kits estudantis (livros, dicionários, mapas, etc.); computadores; cursos de informática/inglês; viagem educativa (visitar bibliotecas, museus, laboratórios, teatros, universidades, exposições, etc.). E para PROFESSORES: participação em congressos, seminários ou simpósios regionais; bônus em dinheiro ou abono ao longo do ano;



kits de trabalho (livros, dicionários, mapas, etc.); computadores; cursos de pós-graduação; viagem educativa (visitar bibliotecas, museus, laboratórios, teatros, universidades, exposições, etc.).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que o Sistema de Avaliação da Rede de Ensino Municipal – SAREM será uma ferramenta de suma importância dentro de uma gestão socialista, uma vez que envolve a sociedade democraticamente na formulação de políticas públicas no campo educacional e subsidia o investimento adequado dos recursos em prol da melhoria do ensino oferecido.

Pressupõe-se que esta iniciativa provocará um movimento de competição salutar na rede de ensino, fazendo destaque às experiências pe-

dagógicas, que até então, não têm recebido o merecido reconhecimento, além de gerar na comunidade estudantil local uma expectativa de superação de desafios, situação esta que funciona como propulsora do desenvolvimento intelectual humano.

O tratamento aos resultados obtidos pelo SAREM poderá ser feito de diversas formas. Muitas adaptações podem ser procedidas, desde a formação do Sistema. De repente, será mais conveniente inscrever a Escola em vez do professor ou quem sabe, na divulgação dos resultados da avaliação discente se enfatizar o nível de cada Escola e não apenas dos alunos... O mais importante de tudo é que a avaliação dos serviços educacionais desenvolvidos pelo município seja feita.

Eis uma proposta! Que sejam feitas as adaptações.



Perspectivas do PSB no pacto social do governo Lula

Sebastião José Balarini – PSB/ES

Vice-Prefeito, Vitória-ES

E-mail: sjbalarini@vitoria.es.gov.br

A tese, aqui defendida, contempla as condições que se apresentam para o crescimento do PSB, como integrante da coalizão que sustenta o Governo Lula, destacando que essas condições se apresentam deveras promissoras, mas trazem um ingrediente de risco que precisa ser enfrentado e eliminado.

O sucesso da política econômica, embora tenha ensejado índices de popularidade elevados para o governo como um todo e para o Presidente em particular, não tem sido suficiente para fortalecer a base política que o sustenta. Restam crises quase sistêmicas que vêm assolando tanto os componentes do governo diretamente, quanto integrantes da base parlamentar que lhe dá sustentação no Congresso.

Desde o início do primeiro mandato, os dois componentes principais, o econômico e o político, percorrem caminhos próprios, quase sempre diversos e inconciliáveis.

No componente econômico, destaca-se a relação direta do governo com as elites econômicas nacionais que se deslocaram do apoio ao governo anterior, sem nenhum constrangimento, em prol de um projeto de desenvolvimento com responsabilidade fiscal; o que fica evidente na composição ministerial das áreas econômicas (fazenda, indústria, comércio exterior e agro-negócio). Projeto este que, além de consolidar a economia do país, com crescimento da renda e do emprego, controle da inflação e redução da dependência externa (destaque para o investimento grade recentemente conseguido), fortaleceu os ganhos capitalistas de forma vigorosa e continuada por todos esses anos (vide ganhos do sistema financeiro, das empresas exportadoras, da indústria automobilista, etc.).

Os ministérios da área social, por sua vez, compõem a recíproca inversa, sendo todos ocupados por setores ligados ao trabalho e às instituições sociais e comandam projetos destinados a minorar os graves problemas que afligem a maioria da população brasileira. Projetos estes que vêm fazendo toda a diferença, reduzindo o grave problema da fome, da falta de moradia, da baixa formação profissional, da péssima distribuição da renda. Isto é, fazendo o contraponto ao modelo concentrador

herdado do governo anterior, mas mantido e ampliado, condutor da área econômica.

Por isso, a dinâmica da disputa entre capital e trabalho, aqui representada enquanto política econômica e política social do governo, passa a ser endógena ao Estado. Tal composição, ou pacto social, não se deu de forma natural ou automática, mas representou uma construção política e uma meta de governo, consubstanciada na “Carta ao Povo Brasileiro” divulgada durante a campanha eleitoral, ainda na eleição para o primeiro mandato. Mas, embora a representação política dos setores controlados pelo capital tenha sido, freqüentemente, ligada aos partidos de centro e direita, o posicionamento destes setores não representou um descolamento daqueles partidos, que continuaram na oposição. Representou, apenas, a comprovação de que tais atores não se prendem a ideologias e podem se valer de qualquer governo e que os partidos, do ponto de vista capitalista, importam muito pouco: o que interessa é a proximidade do poder, o controle da política econômica e os lucros daí auferidos.

Esse pacto social não negociado formalmente, a despeito de funcionar muito bem do ponto de vista econômico, com resultados acima do esperado pela maior parte dos brasileiros, tanto do ponto de vista do desenvolvimento econômico, quanto da melhoria da questão social, traz em seu bojo um problema estrutural de sustentação do governo. A aproximação com a elite econômica não conduziu ao respectivo apoio político no Congresso Nacional, pois os principais partidos de centro-direita (PSDB e DEM) não se aproximaram da base de sustentação do governo, muito pelo contrário, formam o bloco ferrenho de oposição.

Como a base de sustentação original do governo (PT e PSB, acrescida depois do PDT), representada pelos setores ligados ao trabalho e segmentos sociais, não dispõem de musculatura suficiente para garantir maioria no Congresso Nacional, a governabilidade fica comprometida.

Não basta ao Executivo ter boas intenções e bons projetos. Precisa de maioria no Legislativo para governar com tranquilidade. E essa maioria



não se constrói mecanicamente, depende de uma base de sustentação comprometida com um projeto de governo, negociado com partidos responsáveis e participativos.

Assim, como o pacto social apresentou a característica de ser transversal às forças políticas e não deu conta de resolver o problema da governabilidade, o Executivo ficou, num primeiro momento, à deriva, dependendo da negociação projeto a projeto. A coordenação passa a envolver não apenas os partidos, mas também, as facções dentro dos partidos, os interesses corporativos e, até mesmo, os interesses individuais dos parlamentares.

Num segundo momento, diante da dificuldade de administrar uma maioria tão caótica e dependente das conjunturas momentâneas, o governo passa a atrair novos partidos, não comprometidos com o programa desenvolvido, e a incentivar a migração de outros parlamentares para a ampliação desses partidos, na tentativa de montar uma base de sustentação mais ampla, segura e confiável. Isto levou ao inchaço da coligação, com o crescimento dos partidos da nova base. Mas se tal base, composta de vários partidos fisiológicos, abarrotados de novos governistas, se tornou mais ampla, deixou de ser mais segura e, especialmente, mais confiável.

As nomeações para cargos importantes do Executivo ficaram, assim, à mercê de indicações nem sempre criteriosas do ponto de vista ético e, muitas vezes, não comprometidas com os interesses do governo e de seus grupos de apoio. Daí a descambar para as apropriações indébitas, negociatas e malversação dos recursos públicos, foi um pulo. A sucessão de escândalos (quando será o próximo?) deixa o Executivo cada vez mais preso, mercê de uma maioria fluída, fisiológica e gananciosa.

Diante do fato de que o tamanho do eleitorado deve ser tomado como definido, pois só se expande marginalmente, um partido só pode crescer na medida em que, ou o eleitorado mediano se desloca na sua direção, ou o partido vai ao encontro desse eleitorado. Nesse processo, obviamente, um partido esbarra e desloca o outro, à esquerda ou à direita. A entrada do governo com suas políticas sociais nas áreas mais carentes do eleitorado, tanto urbano quanto rural, está desalojando os partidos de direita, hoje na oposição, especialmente o DEM, originário e herdeiro das benesses públicas, desde a época do regime militar. Prova disso é a queda de oligarquias consolidadas, ocorrida nas últimas eleições.

Esse espaço vem sendo ocupado, em primeiro lugar, pelo PT que, além de carregar a carga genética do Presidente da República, por si só um

tremendo propagador do governo e, por consequência, do partido, vem se deslocando para o centro político, abandonando, pragmaticamente, as teses mais controvertidas de extrema esquerda. Obviamente, esse deslocamento tem um preço, como a perda de sua ala mais radical com a criação do PSOL, mas o ganho, em termos estritamente eleitorais, vem se mostrando mais do que compensador.

Em segundo lugar, esse espaço também vem sendo ocupado, e com uma ganância e uma eficiência ainda maiores, pelo PMDB. Esse partido que, durante o primeiro mandato, se manteve numa posição ambígua, parte governista, parte oposicionista, vendendo o seu apoio a troco de nomeações e verbas públicas, bandeou-se de vez para o governo, com a clara intenção de se apropriar da maior parte possível desse bolo eleitoral, agora disponível. E tem tudo para suplantir o crescimento do próprio partido do governo, dada a sua maior capilaridade e sua conhecida forma pouco ortodoxa de fazer política.

Diante desse quadro, descrito de forma simples e resumida, quais são as perspectivas de crescimento para o PSB? Quais os espaços abertos para esse crescimento? Que estratégias devem ser empreendidas nessa conquista? E, particularmente, quais os riscos que devem ser minimizados? Embora esses ingredientes já estejam identificados nos parágrafos anteriores deste texto, faz-se importante destacá-los e realçá-los, a título de conclusão.

As condições para o crescimento do Partido estão evidenciadas, em primeiro lugar, no deslocamento dos partidos conservadores das suas bases mais tradicionais, abrindo espaços junto ao eleitorado mais carente, tanto na área urbana, quanto nos rincões mais afastados. Como esse é um espaço que todos os partidos da base aliada estão buscando ocupar, para ser vitorioso, o PSB precisa, sem abandonar sua linha ideológica, traduzir as suas posições em linguagem mais simples e direta, fazendo o seu discurso chegar à compreensão daqueles eleitores menos letrados e mais preocupados com a sobrevivência do dia a dia, mais do que com as formulações teóricas e distantes.

Em segundo lugar, as condições para o crescimento do Partido devem ser buscadas no deslocamento do próprio PT em direção ao centro político. O PSB, com sua história de lutas defendendo o socialismo democrático, se gabarita a ocupar o espaço deixado vazio entre os extremismos ideológicos dos pequenos partidos à esquerda e o pragmatismo dos partidos de centro, incluído agora o PT. Para isso, precisa reforçar sua atuação juntos aos grupos politicamente participativos e ideologi-



camente definidos, formadores de opinião, identificados com o socialismo democrático.

As oportunidades são realmente promissoras, mas os riscos apresentam-se igualmente imponentes e ameaçadores. A guinada do PT para o centro, na campanha e no governo, ocorreu concomitantemente ao deslocamento de parte considerável do eleitorado mediano para a esquerda. A turbulência no espectro partidário, resultante desses dois movimentos simultâneos, representa uma ameaça para aquelas forças que estão no entorno do PT, pois serão estas que poderão vir a ser engolidas pelo crescimento deste. Esses partidos medianos situados tanto à esquerda quanto à direita, encontram-se, assim, em uma posição comparável ao “dilema do prisioneiro” (da Teoria dos Jogos), pois a cooperação solícita e sem restrições implica em aumentar o peso do governo e, por consequência, do seu partido majoritário, cedendo-se-lhe espaços importantes do eleitora-

do. Mas a derrota do governo, por sua vez, levará à redução dos campos disponíveis para todos os partidos da base.

Parece evidente, portanto, que a melhor estratégia de crescimento que se apresenta para o PSB está vinculada ao apoio ao Governo Lula, mas sem vinculação irrestrita ao PT. Na medida do possível, nestas e nas próximas eleições, o Partido deve lançar candidaturas próprias procurando, inclusive, o apoio de outras forças políticas, até mesmo daqueles partidos que não compõem a base do governo. A tarefa de preservar a pureza da base deve caber, exclusivamente, ao próprio partido do governo, pois só a ele interessa.

A sombra do poder inebria, enfraquece, vicia; reduz o ânimo para a luta, consolida a zona de conforto, estabelece o dilema, o paradoxo... E, quando menos se espera, o fim está próximo...

Então, mãos à obra, companheiros!



Tese do Movimento Negro Socialista do PSB

Valneide Nascimento dos Santos – PSB/ES

Secretária Geral e Nacional em Exercício

Jorge Santos de Jesus – PSB/BA

Secretário Nacional de Organização

PSB contra o preconceito, a discriminação racial negativa e o racismo: a favor das Cotas, inclusive a eleitoral interna e, futuramente, a externa, pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial com o seu respectivo Fundo e pela denominação de Negritude Socialista Brasileira para o segmento em todos os níveis.

Apresentação

Em que pese o fato e o grandioso esforço dos institutos de pesquisas do governo, bem como os da iniciativa privada se esmerarem em produzir e editar as mais reveladoras pesquisas que, indubitavelmente, demonstram e afirmam a existência do racismo contra o povo negro no Brasil, por incrível que possa parecer, os defensores da nefasta prática sempre se levantam na defesa dos seus seculares privilégios, tergiversando e querendo nos fazer crer que “tudo isso não passa de uma situação vivenciada no passado e que não merece nenhuma credibilidade nos dias e momentos atuais”.

Ora, a quem serve a desqualificação das políticas afirmativas e reparatórias? Quem serão os beneficiários diretos desta malfadada ação? Será que o Estado brasileiro estaria preparado para indenizar cada cidadão e cidadã negro e negra, desde o seqüestro na África às conseqüentes mazelas impingidas a estes e estas nos tumbeiros? E os suicídios em função de tão desagregadora situação, a quem recorrer? Os danos de toda ordem, irreparáveis tais quais as impagáveis dívidas creditadas por conta do trabalho escravizado? Parece-nos que o abrupto ‘acolhimento pós escravização’ é a recompensa de tão devastadora ação contra a nossa saúde física e psíquica.

A República Federativa do Brasil, para se constituir de fato e de direito, omitiu e incinerou – contribuição de um dos “maiores pensadores”, arquiteto do programa de negação, desconstrução e descontinuação da raça escravizada – as provas cabais da escravização negra no Brasil, situação que o elevou à condição de “Águia de Haia”. A sobra de tal benevolência resultou na preservação de alguns poucos documentos que esporadica-

mente aparecem em museus, quando da celebração do fatídico 13 de maio, um embuste de triste lembrança.

Apesar de toda a contradição vivenciada pelo povo originário do continente Mãe do mundo e da humanidade, nos alegra saber que o Partido Socialista Brasileiro – PSB, detentor de historiografia singular a serviço das causas sociais, transcreve e registra em seus documentos formadores e fundadores a preocupação com as maiorias desassistidas, ou seja: as chamadas minorias, denominação equivocadamente praticada por nossos pares e outros desafetos nos parlamentos brasileiros. A questão racial negra, mesmo que de maneira tímida e cuidadosa, sempre permeou as conversas e os embates e debates socialistas à brasileira. Será que o Dr. João Mangabeira e seus companheiros agiriam como alguns dos continuadores do nosso Partido Socialista Brasileiro – PSB, indecorosamente, agem hoje? A política é simplesmente o ato de utilizar-se das pessoas e, saciados os seus desejos e interesses, como fazem as corporações, descartá-las depois? O PSB, diferentemente de muitos outros partidos, pode ensejar uma nova realidade na política brasileira. Para tanto, dispõe de idade cronológica e política, historicidade.

Invejável, robusta e sólida, ao lado de grandes lideranças políticas e da certeza de sua levi-dez. Nos movimentos sociais, oriundos dos atuais Órgãos de Representação Partidária, encontram-se gente muito bem preparada para, se oportunizada, conduzir e colaborar na condução dos destinos do nosso país.

A colaboração emprestada ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tem demonstrado, com denodo, a diferença entre a teoria e a prática. As situações que se nos apresenta não sofrem situação de resolutividade e nem de continuidade, pois a responsabilidade dos nossos líderes tem sido uma constante. O tangenciamento não faz parte do nosso modo de governar e/ou de legislar.

As experiências comprovadas, onde nossos companheiros peessibistas atuam na condição de



gestores, são de causar a inquietação de quem comanda e/ou apenas orbita em torno de órgãos governamentais, pela simples condição de ser militante de partidos da base do governo, ou de terem sido presenteados com cargos e/ou funções para as quais nunca foram preparados. Enquanto isso ocorre, percebemos tristemente que em nosso partido vivenciamos, em alguns estados, situação similar e causadora da desagregação que vem permeando a legenda com a conseqüente debandada de importantes quadros e lideranças, em todos os campos e principalmente nos atuais órgãos de representação, por conta da ausência da transparência que tanto se apregoa nos quadros do socialismo e da liberdade erigida para os mais próximos e, de acordo com a capacidade de subalternizar-se, para algumas e alguns.

O movimento negro brasileiro, a partir da corrente a qual denominamos de Zumbiista, e que muito nos honra dela participar, tem por princípio a correção de tais equívocos, por entender que este sim, é o jogo da esmolação e da imolação de um povo, cuja história não pode e nem deve – e essa decisão é estritamente nossa – ser elemento de partilha casuística e arrebatadora dos direitos elementares os quais de fato e de direito nos são devidos e, igualmente, nos são negados.

A farsa continua ativa e em largo processo de disseminação. A vacina contra ela se constitui na superação da aceitação de empreitadas as quais, cada vez mais, nos distancia do poder político do nosso país. O nosso partido tem responsabilidade sobre isso, mas, só nós e apenas nós poderemos, de fato e de direito, sermos os interlocutores de nossas defesas, de nossas aspirações e de nossas liberdades. Até porque, liberdade não se ganha e/ou se recebe, se conquista. E com o poder não pode ser diferente.

Lembrem-se e nunca se esqueçam de que fomos impedidos de realizar algo de muito importante para a já aceita Negritude Socialista Brasileira – NSB, que seria a celebração dos 10 (dez) anos do ponto de partida para a criação do movimento negro no interior do PSB. Se não fomos, por que não o fizemos? Na Bahia, com patrocínio de nós todos e todas, nos reunimos e celebramos a data. E no restante do Brasil, o que ocorreu? Doloroso não deve ser falarmos a verdade, e sim, a omitirmos.

COTAS ELEITORAIS PARA AFRODESCENDENTES

3. “O tema é polêmico? Pois é. Como lecionava o saudoso jurista Miguel Reale Junior, toda pergunta já induz uma dada intenção do questionador. Pois bem, estamos vivencionando o período pré-eleitoral,

para eleições majoritárias de Prefeitos e Vice-prefeitos, bem como de Vereadores em todos os municípios de nosso país, e em virtude de observações, que não são recentes, podemos diagnosticar a triste constatação da ínfima participação dos afrodescendentes nas chapas de vereadores, prefeitos e, até mesmo, de vices. Logo teremos como representantes do povo nas Administrações de Prefeituras e de Câmaras Municipais um número ainda menor de afrodescendentes, seja como no executivo ou no legislativo. Essa constatação precisa mudar.

Ora, a aludida realidade não pode persistir, de maneira que está diametralmente oposta às atuais políticas governamentais de promoção de igualdade racial, como é exemplo da destinação de cotas em universidades públicas a população negra e de origem afro. E podemos argumentar, sem maiores entraves, sobre a inclusão de cotas de candidatos para afrodescendentes no processo eleitoral vigente. Vale dizer que o afrodescendente deve ter garantido o direito de participar amplamente de partidos políticos, sobretudo dos órgãos de direção partidária, de estender sua participação no sistema eleitoral de maneira democrática e em igualdade de condição com os demais postulantes, que muitas vezes são oriundos de grupos econômicos oligárquicos e de uma elite preconceituosa.

Talvez a proposta coloque em xeque os famosos caciques políticos que, lamentavelmente, ainda controlam algumas legendas partidárias em nosso país. Também é de se esperar que a “elite” político-partidária renascente das épocas que o direito ao voto era destinado apenas aos senhores de engenho e vigorava o conhecido voto censitário, que era baseado no status econômico e social do indivíduo, tendo o pensamento retrógrado de serem contrários a presente proposta. Pouco importa, a bem da verdade, nós termos o sistema de cota **mínima de 30%** para cada sexo na composição das listas de registros de candidaturas para o sexo minoritário que geralmente vem a ser o sexo feminino, sendo que essa medida visava justamente garantir maior participação das mulheres no processo eleitoral, **conforme o inciso ou parágrafo 3 do art. 10 da lei nº 9504/97 - lei das eleições.**

Ora, que seja aplicado o sistema de cota de candidatura para contemplar os afrodescendentes, em **percentual de 20%**, pois com isso, teremos sim, uma maior participação popular e o fomento de grupos engajados na inclusão social e na igualdade racial, possibilitando, entre outras medidas, um novo debate sobre o racismo no Brasil, que muitas vezes é escamoteado e disfarçado em nossa sociedade. Não podemos esquecer que todos e todas nós devemos questionar a maior participação dos afrodescendentes como representantes eleitos em todas as esferas de poder, sejam do poder legislativo ou no poder executivo, de maneira que haja um efetivo resgate da dívida econômica, social e cultural a toda comunidade negra e aos afro-



descendentes em nosso país, no sentido de permitir a efetiva participação no processo eleitoral com suas candidaturas e que possam colaborar para extirpar o preconceito racial de nossa nação.

Diante do exposto e indubitavelmente:

1 – Defendemos a reorganização da nossa instância majoritária como: **Secretaria Nacional da Negritude Socialista Brasileira – SNNSB** – e com essa denominação mesmo que em caráter definitivo ou provisório do órgão em todos os níveis -, dentro de uma lógica da construção partidária que propicie a real existência dos órgãos de representação nos Municípios, Estados, Distrito Federal e Nacional, antes mesmo de articularmos ou praticarmos o incômodo, mas verdadeiro “**Car-guismo à Distância**”, porque entendemos que a aquisição de cargo e/ou função é consequência da comprovada ação na defesa dos interesses dos/as representados/as pelo segmento;

2 – Defendemos, igualmente, a **Supressão da existência dos primeiro e segundo secretários**, salvaguardando-se a existência do **Secretário/a Nacional**, criando-se o **Coordenador Nacional** e mantendo-se a **Secretaria Geral**, com suas respectivas e atuais funções. Abaixo destes, mantêm-se todos os demais existentes da melhor maneira organizacional e formatacional possível;

3 – Defendemos **Cotas Eleitorais** para os **Afrodescendentes**, conforme descrição contida no texto anteriormente exposto, partindo-se do percentual de 20%;

4 – Defendemos a **Participação de 03 (três) dirigentes**, na condição de **personalidades**, na composição do futuro **Diretório Nacional do PSB**, por terem ao longo de mais de 10 (dez) Anos envidado surpreendentes esforços para a criação do segmento no Partido;

5 – Defendemos o **Estabelecimento de uma Resolução da próxima CEN**, que determine um

percentual a partir de 10%, relativo ao fundo partidário, como forma de viabilizar os trabalhos dos segmentos, a ser praticado e administrado pelas instâncias nacionais dos segmentos e do Partido; e, por fim.

6 – Defendemos o retorno das **Seccionais da Fundação João Mangabeira**, conforme preceitua a **Legislação pertinente**, aos Estados e a participação de membros dos segmentos organizados no Partido em seus órgãos direcionais, em conformidade com os ditames da Lei.

III Congresso Nacional do Movimento Negro do PSB

Congresso Extraordinário para a Alteração do Estatuto

XI Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro

06 e 07 de Junho de 2008 – Brasília-DF

TESE DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO SEGMENTO

(Contemplando todas as propostas enviadas à Comissão)

Relatores

Valneide Nascimento dos Santos
Jorge Santos de Jesus
Secretária Geral e Nacional em Exercício
Secretário Nacional de Organização



A força da unidade, da luta e da esperança!

Contribuição da JSB paulista ao debate nacional do Partido

Danilo Otto (Secretário da Executiva PSB/SP e Dirigente da JSB),
Vinícius Camarinha (Deputado Estadual),
Pedro Marcello (Secretário de Comunicação PSB/SP)
Ademir Motta (Secretário da Executiva PSB/SP),
Dalmo Vianna (Secretário de Finanças PSB-SP),
Tatiana Rodrigues (Secretária Estadual de Juventude em São Paulo),
David Ramalho (Direção Estadual do PSB/SP e Presidente Estadual da JSB/SP),
Fabício Lopes (Direção Estadual PSB/SP),
Jório Neto (Secretário Executivo da JSB/SP),
César Orleans (Secretário de Finanças da JSB/SP),
Ariane Soares Paiva (Secretária de Organização da JSB/SP),
Thiago Garcia (Secretário de Comunicação do PSB/SP),
Hamilton Reis (Secretário de PPJ da JSB/SP),
Aintam Camilo (Secretário do Movimento Estudantil da JSB/SP),
Éder Bruno (Presidente Municipal do PSB de Ouro Verde – SP e Secretário de Direitos Humanos da JSB/SP) e
Danger Soares (Direção Estadual do PSB)

Construção se faz só na unidade

Há três anos, durante o último Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro – PSB e da Juventude Socialista Brasileira – JSB, que todos nós vivemos momento de intensos debates marcados pela qualidade dos quadros políticos envolvidos, também pelo desejo em ver o Partido e a JSB crescerem.

Faz parte do curso natural da vida os mais jovens poderem aprender com os mais experientes. Foi o que ocorreu em 2005. Naquele tempo, o PSB vivia seu primeiro Congresso Nacional sem a figura unificadora do grande líder Miguel Arraes, que acabara de partir num momento onde a existência do PSB estava em jogo por conta da necessidade do cumprimento da cláusula de barreira nas eleições de 2006.

Foi justamente naquele cenário que jovens líderes do PSB, como Márcio França (PSB/SP), Renato Casagrande (PSB/ES), Rodrigo Rollemberg (PSB/DF), Beto Albuquerque (PSB/RS), dentre outros, todos sob o comando e liderança do governador de Pernambuco e presidente nacional do PSB, companheiro Eduardo Campos, construíram uma unidade nacional partidária que permitiu ao PSB ser vitorioso nas eleições 2006, avançar no cenário político brasileiro e

consolidar-se como força política relevante no Congresso Nacional.

A postura de unidade que os dirigentes partidários tiveram naquele momento destoa do que tivemos no seio da Juventude Socialista Brasileira. Devido a justas postulações e avaliações políticas de dirigentes da JSB, cada estado fez sua avaliação sobre aquele momento.

Mas a JSB cresceu, quantitativamente e qualitativamente. A renovação dos quadros que ocupam espaços nas direções da JSB, do Partido, do Conjuve (Conselho Nacional de Juventude), na Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), da UNE (União Nacional dos Estudantes) e de outros espaços de atuação, demonstram claramente este crescimento.

Durante o processo que culminou no 6º Congresso Estadual da JSB de São Paulo, a juventude paulista avaliou que **na divisão não há espaço para construção, para avanço ou para vitórias**. Esse foi o parâmetro que norteou todos os debates no nosso Estado. A formação da nova direção estadual (pela primeira vez capitaneada por uma mulher) e a postura que a JSB de São Paulo trouxe a este Congresso Nacional do PSB.

A unidade foi consolidada, porque os quadros da Juventude em São Paulo amadureceram muito com as atividades junto à direção partidária.



ria. Vimos na unidade uma possibilidade **de reforçar a luta e revigorar a esperança** nas bandeiras e nas posições que a JSB nacional historicamente defende junto ao PSB.

Primar pela unidade no seio do PSB tem sido a tônica do Partido paulista desde 1999, quando o então prefeito Márcio França assumiu a Presidência Estadual. De lá para cá, tornou-se o deputado federal mais votado do PSB/SP, dirigente nacional do PSB, líder e articulador do Bloco de Esquerda compromissado com o projeto nacional partidário de eleger o próximo presidente da República. Ao alcançar essas vitórias ao longo de quase 10 anos de comando do PSB paulista, sempre teve a unidade partidária como fórmula para o sucesso.

Na Juventude, marchar unidos permitiu uma forte presença na Executiva e no Diretório Estadual do Partido, como também a presença e a presidência de direções municipais do PSB em pequenas e em médias cidades do Estado. Mas nada foi mais forte e marcante quanto o resultado obtido pelo Movimento Luta e Esperança. Sob o comando da JSB, venceu o Congresso Municipal do PSB na cidade de São Paulo, levando à presidência o vereador Eliseu Gabriel, que hoje numa gestão compartilhada com a JSB, dirige o PSB paulistano.

Podemos avançar na luta pela implantação das Políticas Públicas de Juventude, participando ativamente de Conferências de Juventude e demais segmentos e movimentos sociais, de Conselhos de Juventude em variados níveis e ainda ter uma nova visão do Movimento Estudantil.

Temos a responsabilidade em fortalecer a inserção da aspiração socialista e democrática em nossa sociedade. Como disse Arraes: “Quando o povo ganha consciência ele se une”. É nosso papel realizar a maior revolução, a de libertar o homem da sua alienação.

Todos os estados trabalharam muito para fazer valer o regimento dos órgãos de representação. E cada militante foi a luta nos quatro cantos do País propiciando a manutenção da existência da JSB nacional. A Juventude e sua militância têm a tarefa de ajudar o PSB a construir em 2008 para se viabilizar 2010.

Delegados e delegadas dos Congressos Nacionais de todos os órgãos de representação do PSB, companheiros e companheiras de todo o País; delegados e delegadas do Congresso Nacional do PSB; membros dos diretórios municipais e estaduais do PSB; detentores de mandato; dirigentes da JSB de todo Brasil e toda valorosa militância socialista. **O caminho é a unidade. Deu certo em São Paulo, vai dar certo n o Brasil.**



Políticas públicas municipais para mulheres, sob a ótica do PSB

Ely Almeida - PSB/AP

Tema para V Congresso Estadual de Mulheres do Partido Socialista Brasileiro – Amapá. 16 de Maio de 2008.

As mulheres do Partido Socialista Brasileiro – Amapá propõem para o Programa dos governos municipais as seguintes premissas:

- Construir uma nova ordem nas relações entre homens e mulheres, sem preconceitos de raça, etnia, orientação sexual e geracional.
- Construir administrações municipais mais humanas que possibilitem a igualdade de oportunidades para as mulheres e que combatam as discriminações e a desigualdade de gênero.

Temos plena compreensão de que na história da humanidade, as mulheres foram colocadas em situação de desigualdade, sejam elas nas relações sociais, no sistema político, no sistema econômico e no sistema cultural, os quais imprimiram uma relação de subordinação e submissão das mulheres em relação aos homens.

Essas desigualdades sempre foram tratadas como “naturais”, e se sustentam:

- Pela divisão sexual e desigualdade do trabalho doméstico (cuidado com as crianças e com os idosos), pelo controle do corpo e da sexualidade da mulher, pela violência sexual e doméstica e pela exclusão dos espaços de poder e de decisão.

Em relação a esse estado de coisas, propomos que os programas municipais das prefeituras promovam o encontro das políticas públicas com as necessidades das mulheres, considerando:

- Seu espaço doméstico;
- Seu espaço fora de casa;
- Como pessoas capazes de conduzir processos políticos.

Para implantar políticas públicas visando a construção de uma igualdade entre gêneros, propomos alguns eixos de intervenção que devem orientar as ações dos programas dos nossos governos municipais:

- Combate a todo tipo de violência e discriminação, em especial a violência sexual e doméstica, bem como a discriminação por orientação sexual;
- Assegurar os direitos reprodutivos e se-

xuais e o direito à saúde integral;

- Fortalecimento e ampliação dos mecanismos de participação política e social entre os gêneros;
- Alterar as condições da divisão sexual do trabalho doméstico, levando em consideração os avanços históricos nas lutas sociais das mulheres;
- Ampliar a autonomia pessoal e auto-sustentação das mulheres, visando assegurar relações de trabalho mais justas e uma sociedade mais igualitária.

É PRIMORDIAL!

– A criação das Coordenadorias Municipais de Mulheres como mecanismo articulador das políticas de gênero, tendo como funções fundamentais propor, elaborar, articular e acompanhar o desenvolvimento das políticas públicas de gênero nos municípios. Esta tem que estar diretamente ligada ao Gabinete do Prefeito, com dotação orçamentária própria e com status de Secretaria, participando das instâncias de poder e decisão dos governos municipais.

– A criação dos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher como mecanismo de acompanhamento e fiscalização das políticas públicas, atuando como uma forma de controle social junto aos governos municipais.

– Paridade no preenchimento dos cargos de direção das administrações socialistas.

É IMPORTANTE LEMBRAR!

Que a construção da igualdade de gênero a partir dos municípios exige a incorporação das discussões referentes às questões de gênero, raça/etnia, gerações e orientação sexual nas ações e políticas municipais como responsabilidades de governo.

PENSE BEM!

– Quando priorizamos zerar o déficit da educação infantil no município, estamos garantin-



do o direito da criança e esta ação tem um grande significado para as mulheres que ainda hoje tem a responsabilidades de cuidar das crianças e da família exclusivamente.

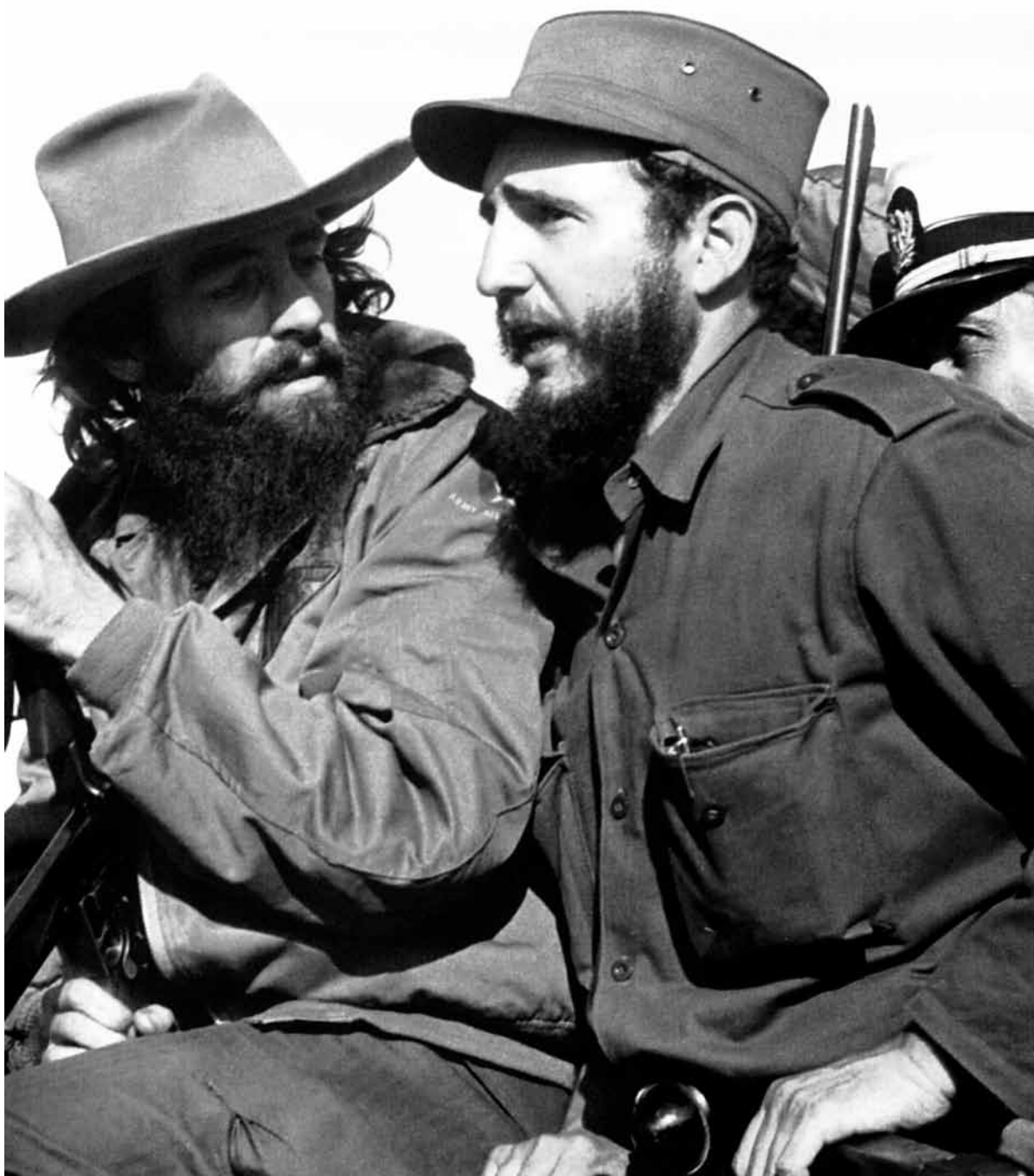
– Quando investimos em ações de orientação sexual nas escolas, onde nossas crianças e adolescentes têm a oportunidade de abordar temas considerados como tabus, como sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis (DSTs/ AIDS) planejamento familiar, gravidez precoce e as relações de gênero, estamos construindo desde a infância novas relações entre homens e mulheres, permitindo que nossa juventude tenha condições de escolha para exercer a sexualidade de forma responsável e prazerosa.

– Quando investimos em ações na área do desenvolvimento econômico e na geração de

trabalho e renda, ampliamos as possibilidades para que as mulheres tenham maior autonomia econômica, pessoal e social (priorizando ações no campo da socioeconomia valorizando as particularidades econômicas e ambientais dos municípios).

– Quando metemos a colher em relação à violência contra mulher, estamos contribuindo para o rompimento do silêncio e do ciclo de violência vivido por muitas mulheres.

São essas as recomendações das mulheres militantes do Partido Socialista Brasileiro no V Congresso Estadual, onde consideramos esse evento como espaço de discussão e aprovação de proposições que servirão de base para a construção de ações voltadas para a sociedade no âmbito local sob o olhar das mulheres socialistas.



A saúde pública no Brasil: transformações são possíveis

Beto Grill – PSB/RS

médico

Ex-Deputado Estadual/RS

Ex-Prefeito de São Lourenço do Sul/RS

Ex-Prefeito de Cristal (2 gestões)/RS

Presidente do PSB de Camaquã/RS

Secretário Especial da Executiva Estadual do PSB/RS.

Coordenador da Bancada Socialista na Assembléia Legislativa do RS.

Este trabalho sustenta a mudança do modelo de saúde no Brasil, defendendo a existência de um sistema público estatal, como a única forma de acesso aos serviços.

A Saúde Pública no Brasil configura-se como um processo que, evidente, acompanhou o desenvolvimento científico internacional, a partir da concepção de saúde de cada período histórico e foi sofrendo, no tempo, as influências políticas dos grupos dominantes em cada momento, usando modelos de outros países, condicionados pelo desenho político internacional e o interesse financeiro de cada época, de cada ciclo econômico. Definida como um direito do cidadão e um dever do Estado, a saúde foi organizada de acordo com os princípios da Reforma Sanitária. Artigos 196, 197 e 198 da Constituição. Por outro lado o art. 199 estabelece a liberdade da iniciativa privada.

O SUS atende mais de 140 milhões de pessoas (75% da população) com os recursos próprios do Estado ou através de serviços pactuados, embora, na verdade, todos os 190 milhões de brasileiros se valham do SUS quando fazem a vacinação, necessitam de radioterapia, transplantes, terapia renal substitutiva, tratamento da AIDS. A vigilância sanitária e epidemiológica, os hemoderivados, os exames, tratamentos e medicamentos de alto custo são do SUS. São públicas, também, as Urgências e Emergências que atendem acidentados.

Embora o SUS, como modelo, mereça crédito, vem sofrendo críticas que representam muito mais uma crise dos serviços, manifestada na desorganização de muitos ambulatorios e hospitais, onde se observa um atendimento desumanizado, filas, pacientes em macas, nos corredores, greves constantes.

Temos indicadores positivos. Ao longo das últimas décadas, a população brasileira evoluiu de forma desigual em suas condições de vida e saúde, mas, apesar dessa desigualdade, alguns indicadores mostram avanços. O SUS, longe de um

sistema acabado, continua em aperfeiçoamento e sofre pressões, quanto mais avança, uma vez que interfere nos interesses do filão para a medicina privada nas especialidades e na média complexidade, no comércio de medicamentos, nas importações de órteses e próteses, por exemplo. O processo mais do que uma boa idéia, é um plano inteligente. É uma realidade. Um modelo que, sem dúvidas, pode responder adequadamente às demandas do povo brasileiro na área da saúde e é exatamente por isso que recebe críticas, que procuram a sua desestabilização, pois ele confronta o ideário liberal.

É recorrente a afirmação de que o SUS está falido. Embora com um financiamento muito aquém do adequado, esta afirmação não se sustenta. Se comparado aos EUA, onde se consomem em torno de 14% do PIB em saúde, (1 trilhão de dólares/ano. Gastos públicos + privados) ou aos países da Comunidade Européia que gastam em torno de 6 a 10% do PIB em saúde, enquanto no Brasil o “gasto” público em saúde gira em torno de 250 a 300 dólares por habitante/ano. Esse valor equivale a cerca de 3,6% do Produto Interno Bruto e corresponde a 49% do “gasto” total em saúde – os outros 51% correspondem aos valores do setor privado. Mesmo assim, o sistema brasileiro produz 1,3 bilhões de atendimentos básicos; 1,2 bilhões de procedimentos especializados; 600 milhões de consultas; 212 milhões de ações odontológicas; 360 milhões de exames; 11 milhões de ultra-sonografias; 11,8 milhões de internações; 3,1 milhões de cirurgias, sendo 141 mil cardíacas; 150 milhões de vacinas; 12 mil transplantes; 1,3 milhões de tomografias; 23 milhões de ações de vigilância sanitária.

Agora, o SUS está bom? Não! Tem muito que melhorar! Por exemplo, a questão dos medicamentos. Classicamente, 20% dos gastos em saúde são com medicamentos, e os 80% restantes em investimentos, pessoal e tecnologia. No Brasil,



o paciente passa pelo serviço, tem o diagnóstico, mas não tem condições de adquirir o medicamento. Assim, todo o procedimento fica prejudicado, sua eficácia é nula.

O SUS atravessa dificuldades e, para superá-las, é indispensável a vinculação orçamentária das três esferas de Governo, conforme determina a EC-29. Na busca de soluções, foi criada, a título provisório, a CPMF, extinta em 2007. O grave subfinanciamento do SUS está ligado a não normalização de suas fontes. A esfera federal e os estados não cumprem o valor determinado e são os municípios que tem arcado com a sustentação precária do financiamento do SUS. O financiamento da saúde, embora cresça em termos absolutos, não acompanha a inflação.

Há problemas também nas relações de trabalho, com formas de contratação inadequadas, baixos salários, formação e capacitação deficitárias, o que provoca rotatividade de pessoal, baixa adesão às propostas e descompromisso profissional.

No Brasil, a assistência médica se faz através de dois sistemas distintos e distantes: um governamental, o SUS, e um privado, o Sistema Supletivo de Assistência Médica, além do reembolso direto. É oportuno observar que quem está no SUS não tem acesso ao sistema supletivo, embora quem esteja nele, possa acessar ao SUS.

Qual é a vocação do SUS no sistema de saúde? É a atenção primária e a alta complexidade. Qual a vocação do sistema privado? É a atenção secundária e a ambulatorial de especialidades, e a atenção terciária da alta complexidade, através da filantropia, ou seja, com subsídio do Estado (diálise, cirurgia cardíaca, etc.). Em outras palavras, não interessa ao sistema supletivo desembolsar capital para investir em recursos de alta complexidade. Assim está bom. O custo do investimento é socializado e o lucro é privatizado.

Deve ficar claro que a continuidade e o aprimoramento deste processo não ficam restritos a ações do setor de saúde, mas dependem, principalmente, dos políticos. São os legislativos que devem assumir as suas responsabilidades de legislar e os executivos que devem pensar em políticas de Estado para a saúde, e não de Governo. Os poderes devem lembrar que a saúde não é moeda de troca nas negociações políticas.

O SUS ATUALMENTE – Com quase 18 anos, o SUS comprova que se trata de uma proposta que, em tese, tem a condição de atender a necessidade de saúde brasileira. Agora, porque não atinge um padrão avançado de funcionamento, principalmente no que tange a um atendimento médico de excelência? Um pouco se atribui a problemas de gestão. Muito se reputa ao financiamento in-

suficiente. O sistema perdeu a CPMF. Por outro lado, o Senado Federal aprovou regulamentação da Emenda 29, definindo o comprometimento da União, dos estados e dos municípios com gastos em saúde.

Mesmo longe do ideal, o sistema tem evoluído e é um exemplo ambicioso e positivo de programa social destinado a atacar a desigualdade nacional. Tem programas de mérito indiscutível, como no caso da AIDS, no tratamento de doenças crônicas e transplante de órgãos. A maior parte das cirurgias cardíacas, neurocirurgias, tratamento de câncer, os hemoderivados, são pagos pelo SUS, com um custo altíssimo. Ao ampliar a atuação pública em ações de vigilância sanitária e epidemiológica, a taxa de mortalidade infantil caiu pela metade. O reconhecimento do avanço da universalização, não significa dizer que o sistema é perfeito. Médicos, usuários e especialistas em saúde pública indicam dificuldades. As queixas se concentram nas filas dos atendimentos primários, na demora para a realização de exames e cirurgias, na falta de medicamentos na rede pública, na baixa remuneração dos profissionais, especialmente dos médicos e a capacitação inadequada dos mesmos.

O SUS, é um elemento civilizatório da sociedade brasileira, um instrumento de inclusão social, a partir do exercício de uma democracia representativa, que se expressa na figura dos conselhos de saúde, pois tornam os processos decisórios mais democráticos. Isto não afasta a possibilidade de distorções. Os grupos com maior capacidade de articulação e pressão têm mais facilidade para garantir os seus interesses. Os portadores do vírus HIV e em procedimentos de alta complexidade, como transplantes de fígado e pulmão, são pressões absolutamente legítimas. Outras não, como os que defendem a indústria de medicamentos. Ambos concorrem para a elevação dos custos do sistema, para o bem ou para o mal.

Voltamos a chamar a atenção do financiamento do SUS. A União mal consegue chegar aos R\$ 50 bilhões (50% do gasto em saúde pública). Os outros 50% vêm dos estados e municípios. Por outro lado, cerca de 40 milhões de brasileiros pagam pela assistência médica. É o mercado dos planos de saúde. Aí, com o valor estabelecido pelo mercado, o investimento é de 2 mil reais per capita/ano. No SUS, a média é de 300 reais/ano.

O tratamento hospitalar é um ponto delicado. Os hospitais do sistema, públicos ou conveniados, concentram aproximadamente 80% dos recursos do SUS, sem prestar, na média, um serviço de qualidade. Falta, ainda, uma rede de atenção básica abrangente e com boa resolutividade, o



que faz as pessoas procurarem os hospitais quando estão doentes. Como sabemos, a concentração de recursos se dá no tratamento hospitalar e nos grupos que tem capacidade de pressão. Destes, um dos mais poderosos e que recebe mais dinheiro do SUS é o farmacêutico. O Executivo, Judiciário, Ministério Público, OAB e outras instâncias constróem uma proposta do Direito Sanitário Brasileiro, a ser transformado em lei, criando o protocolo, a sistematização de uma lista científica de drogas de ação comprovada, para enfrentar a “judicialização” de medicamentos que ainda não tem uma resposta clínica confirmada. A luta sistemática pela quebra de patentes de medicamentos usados em doenças crônicas e que tem um preço elevado, é imprescindível e representa uma grande economia. Se por um lado, historicamente, o financiamento da saúde diminui em relação à inflação, soma-se, por outro, o crescimento da população, o aumento da demanda e, principalmente, constantes avanços tecnológicos, que facilitam os diagnósticos e encarecem o sistema.

O SUS avança, é verdade. Partimos de um sistema centralizado, sem controle social, corrupto, privatista e centrado na atenção hospitalar para um sistema descentralizado, com controle social, através de conselhos e conferências, com foco na prevenção e na educação para a saúde. As fraudes gigantescas diminuíram consideravelmente. Mas estamos ainda convivendo com problemas graves como a demora no atendimento, a demora para marcar exames, realizar uma cirurgia e a falta de qualidade, de humanização, de respeito à cidadania. O SUS, considerado pelo Governo Brasileiro, como a maior rede de saúde pública do mundo, está ano a ano diminuindo a participação de recursos públicos em relação aos recursos privados na área da saúde. Em 1995, 61,6% dos gastos com saúde vinham do SUS e 38,4% eram do setor privado. Em 2007, se inverteu a relação: o setor privado despendeu 51% e o público, 49%. Com isto, os recursos governamentais caíram 20,45% em 12 anos.

O SISTEMA PRIVADO – Garantida, também, pela Constituição de 88, a medicina privada está representada pelo sistema de saúde suplementar, oferecido por operadoras privadas e pelo mercado de reembolso direto, do chamado paciente particular, que embora significativo, vem diminuindo, tento em vista a ascensão dos planos de saúde. Hoje se percebe outra distorção. Um contingente importante de pessoas pobres que, angustiadas pela demora do sistema público e sem condições de manter um plano de saúde, acabam por realizar grandes esforços financeiros pontuais, até com sacrifício de parques bens, para pagar por uma consulta e/ou fazer exames labo-

ratoriais, para ter um diagnóstico e realizar o tratamento. O sistema de saúde suplementar possui mais de 39 milhões de beneficiários em planos de assistência médica e cerca de 9 milhões de usuários em convênios odontológicos. A medicina privada movimenta mais de 95 milhões de reais por ano e atende aproximadamente 1/5 da população em sua rede credenciada e nos consultórios particulares. Os recursos gerados por este sistema correspondem a aproximadamente 51% de todos os gastos com saúde no país.

Na década de noventa e nos primeiros anos deste século, a discussão sobre a desigualdade tem ocupado um papel de destaque no Brasil. A sociedade tem-se mostrado menos tolerante com as desigualdades e tem sinalizado seu apoio às mudanças no sentido de reduzir os abismos que separam ricos de pobres, brancos de negros, homens de mulheres. Um Sistema Público de Saúde deve promover a EQUIDADE.

CONCLUSÕES – É preciso frisar que não existe política de saúde bem-sucedida no mundo, com a divisão em dois sistemas. É necessário combater o mercantilismo. Deixar de ver a saúde como mercadoria. No momento em que um bem como a saúde é mercantilizado, começa a funcionar a lógica de mercado. O crescimento e o aperfeiçoamento do SUS e a excelência na prestação dos serviços de saúde, tendem, por uma lógica de mercado, a inviabilizar a medicina privada. Porém, tal equação remete para duas curvas que jamais vão se encontrar por força do poder de pressão de quem detém o controle deste filão riquíssimo que é o atendimento de média complexidade. Ele se constitui no ponto de atração para que a classe média adira aos planos de saúde e dê sustentação política para que os mesmos continuem viáveis economicamente por tempo longo e indeterminado. Ou seja, nesta composição de forças da atual estratificação da sociedade, vai haver um teto para progresso do SUS.

Já foi dito neste texto que a vocação do SUS é para atendimento da baixa complexidade e da alta complexidade, ficando a média para o sistema privado. Entendo que muito mais do que vocação, esta distribuição é fruto de um arranjo, de uma concessão do poder econômico. Permite o crescimento do SUS no atendimento dos procedimentos básicos de massa, que contemplam o grande contingente de trabalhadores e excluídos, que estão, por natureza, fora do mercado. Ao mesmo tempo, se organiza politicamente para evitar que o SUS avance nos procedimentos de média complexidade. Isto porque, neste conjunto de patologias, os inerentes exames e tratamentos têm um custo médio suportável pelos seguros saúde, mediante a cobrança de mensalidades que



ficam dentro do orçamento da classe média. Já quando se trata das doenças mais complexas, crônicas, que necessitam de tratamentos e exames de alta tecnologia e, portanto, caros e prolongados, de novo o setor privado não cobre estes serviços, que ficam sob responsabilidade do sistema público. Aqui se percebe grandes diferenças e que se contrapõe aos princípios de equidade:

a) Atendimento da massa de trabalhadores das classes C, D e E, embora esteja sendo oferecido de forma universal e gratuita, ocorre em níveis de qualidade muito baixos e com um constante desrespeito à cidadania. Insuficiência de equipes de saúde de família para prestar uma eficaz medicina preventiva. Filas, falta de leitos hospitalares, levando as pessoas a serem tratadas em cadeiras e macas nos corredores dos ambulatórios, de maneira insalubre, desumana, até promíscua. Deficiências importantes e insuportáveis nas referências para a média complexidade, causando meses de espera para realizar consultas, exames e tratamentos de especialidades, que levam a um aumento da morbidade, o que se constitui em crime. Nestes casos, a população por mais que esteja avançando no controle social do sistema, não tem força política de pressão para mudar esta realidade.

Gostaria de ver um homem público com poder de decisão, um político de destaque, congressista do “Alto Clero”, Ministro de Estado, ou até, o próprio Presidente Lula, dependendo do SUS. O Presidente faz o seu check-up de rotina, a cada seis meses, no In Cor – HCFMUSP, que é da Universidade, pertence ao sistema público e possui um diferencial de qualidade para poder estar à disposição da elite quando ela precisar da alta complexidade. Vide o próprio Presidente que fura a fila e, com pompa e segurança, passa à frente de quem aguarda sua vez e realiza sua revisão necessária e indispensável, de resto, para todo o brasileiro nesta faixa etária. Pois imagine o Presidente fazendo este procedimento seguindo o mesmo caminho de um pobre trabalhador de uma pequena cidade do interior. É um calvário. O ditado diz que o povo tem memória curta. O pior é que o Presidente, também. Seguramente, ele já passou por situação semelhante, no passado. Mas faz tanto tempo... Estou convencido de que se o Presidente Lula tivesse que passar por uma experiência destas, para refrescar a memória, imediatamente mandaria a Dívida Pública às favas (ou pelo menos para um patamar inferior ao da saúde dos brasileiros) e determinaria a alocação de mais recursos para a área.

Isto serve, igualmente, para o Congresso Nacional. É inadmissível que políticos com poder de decisão permaneçam insensíveis ao qua-

dro tenebroso dos nossos ambulatórios e hospitais públicos.

b) Além do atendimento básico, o SUS é o responsável pela alta complexidade. São nos hospitais públicos ou nos conveniados que se faz transplantes, diálise, tratamento de câncer, de AIDS e de outras diversas doenças crônicas, de alto custo financeiro. Igualmente, é o sistema público quem se responsabiliza pelas urgências e emergências de traumas. Aqui também o atendimento é universalizado. Só que com uma grande diferença. Nesta área o trabalhador está acompanhado do rico. Os planos de saúde não cobrem a maioria destes procedimentos. E não o fazem, não por não querer, unilateralmente. É porque a equação financeira de custo benefício é desfavorável para o usuário, para a classe média, para a burguesia. O custo da mensalidade seria tão alto que é melhor instrumentalizar o SUS, conviver com o povão, mas num ambiente bem melhor, com equipamentos de última geração e profissionais qualificados. Assim, os grupos de pressão poderosos mobilizam parlamentares e governantes que, continuada e sistematicamente, vão destinando recursos privilegiados para estas áreas, preparando-as para eventualmente recebê-los para tratamento. Ninguém aumenta seu próprio bem-estar sem reduzir o bem-estar de outra pessoa. Um investimento maior aqui, se faz em detrimento a mais recursos na atenção básica, já que o orçamento total não muda.

O segmento de hospitais privados, conveniados com o SUS, se presta para outra imprecisão que precisa ser melhor equacionada: os investimentos públicos para ampliar e/ou equipar estas instituições, em troca de um determinado número de procedimentos ambulatoriais ou hospitalares, leitos e exames para o sistema. Acontece que, por outro lado, usam estas mesmas benfeitorias para atender a demanda dos convênios e particulares. Têm lucros sem a contrapartida do investimento, que é público.

Defendo, igualmente, o direito de cada ser humano de ter acesso, ao mesmo tempo, a qualquer avanço tecnológico que a humanidade possa produzir, que tenha como objetivo primário contribuir para a saúde. Ou seja, se não houver acesso universal, que o instrumento (equipamento, medicamento...) não possa ser disponibilizado financeiramente, comprado.

Numa análise do ponto de vista jurídico, embora não exista hierarquia entre os direitos fundamentais, da saúde depende a vida e, assim, se impõe como de superior relevância. Os políticos, a classe média e a burguesia discursam sobre saúde, mas não estão verdadeiramente preocupadas com o SUS porque têm planos privados. Os



impasses na área não são gerados por decisões judiciais, e sim por decisões e omissões políticas, por insuficiência de recursos e pelo não enfrentamento da questão: há limite para o acesso à saúde? Quanto a sociedade quer pagar pela saúde pública de qualidade?

Convivendo com inúmeras distorções causadas pela existência de dois sistemas de saúde no Brasil, um público e um privado, vai se sedimentando a necessidade de uma mudança mais substancial, que promova justiça social, que é necessária em qualquer circunstância, mas que é ainda mais preciosa e sua inexistência é mais brutal e desumana, quando se trata de estabelecer a equidade de tratamento daqueles que estão padecendo de uma enfermidade. Quanto se trata de política de saúde, muitas vezes a saúde de um indivíduo depende da boa saúde de outros indivíduos. A existência de externalidades mostra a necessidade da abordagem do ponto de vista coletivo, tornando fundamental a avaliação de critérios epidemiológicos quando da alocação de recursos.

Embora reconhecendo os avanços da saúde pública brasileira, que são palpáveis, que têm êxitos sanitários, laureados internacionalmente, que representam atitude, ganho real, não considero que sejam o bastante. Poderiam ter sido obtidos por qualquer Governo Social Democrata bem intencionado e progressista. Não atingem, de fato, o patamar mínimo necessário para responder aos objetivos, aos princípios do socialismo.

A saúde, assim como se apresenta e na velocidade em que avança, persegue e vai atingindo os princípios básicos da Reforma Sanitária. Avança, mas não se constitui, na essência, numa proposta transformadora, socialista. Portanto é preciso mais. O que foi conquistado, até então, é o início. É o marco de partida de um processo de prestar atenção a saúde com equidade para todos os brasileiros. Na medida em que se avança na constatação de que é necessário superar tantas iniquidades na saúde pública, mais fica o convencimento de que enquanto conviverem os interesses de um sistema público, com uma visão sanitaria e um sistema privado, que encara a saúde como mercadoria, estas injustiças vão se perpetuar.

Portanto, proponho, como encaminhamento para a solução deste impasse, a revogação do artigo 199 da Constituição de 1988, que garante o exercício da medicina privada.

Desta forma, o SUS passaria a ser a única forma de acesso aos serviços de saúde, em todas as suas manifestações, como um bem coletivo, centrado na educação, na informação, na prevenção, no equilíbrio do homem com o ambiente, através de políticas transversais e complementa-

res entre si, com controle social, que garantam emprego, segurança e plena cidadania.

Princípios econômicos apontam para um teórico impasse. O problema de que, em economia, num mercado com um único comprador tende a aparecer um efeito colateral, qual seja, que quando há um único comprador ele tenderá a rebaixar unilateralmente os preços, restringindo a oferta, pois muitos deixarão o mercado. Entendo que este efeito seria neutralizado, no caso de haver apenas o sistema de saúde pública em funcionamento, pelo fato de que a população no seu conjunto, fortalecida em muito pelo interesse da burguesia, uma vez que só aí teria acesso ao tratamento de suas enfermidades, orientaria a posição política do Governo de investir adequadamente no sistema e, também, fortaleceria o controle social para exigir e fiscalizar uma gestão qualificada. Neste quadro, evidente, o Congresso Nacional criaria as melhores condições possíveis para o SUS funcionar com excelência, porque os Congressistas, obrigatoriamente, teriam que usar o sistema para atender as suas demandas.

Se faz oportuno lembrar que no modelo atual, com a coexistência de dois sistemas, um público e um privado, sobressai um pequeno contingente de médicos que tem a possibilidade de exercer uma atividade privada, com clínica particular e bons convênios que lhes rendem um ótimo retorno financeiro, colocando os mesmos numa situação singular e diferenciada (para melhor) em relação a grande maioria de profissionais que estão atendendo a rede pública, via de regra com remuneração aviltantes e com vínculos com as entidades contratantes completamente inseguros. Na prática, o que vemos são médicos com dois, três empregos, passando o dia e a noite, de um lugar para outro, como forma de auferir um rendimento mensal mínimo para se sustentar com dignidade. Esta realidade tem gerado insatisfação, ansiedade, decepção com a profissão e por consequência menor produtividade.

Um Sistema de Saúde Único, que fosse responsável pelo atendimento de todo o conjunto da população brasileira, de maneira especial de quem faz as leis e de quem as executa, traria, no seu bojo, a certeza de que os profissionais da saúde seriam remunerados com dignidade e teriam as condições de estrutura física e equipamentos adequados para a boa prática da medicina. Da mesma forma, as escolas de medicina melhorariam seus cursos e uma permanente qualificação profissional seria propiciada para que todos estivessem atualizados, quando a burguesia tivesse a necessidade de usar os seus serviços. Estou convencido de que existem recursos para colocar em prática este modelo único, prestando bons servi-



ços para todos e remunerando com dignidade os médicos, obedecendo parâmetros sugeridos pela CHPM, proposta pelo Sindicato Médico.

Para fazer frente a esta nova realidade que pretende aumentar em até 10 vezes o investimento em saúde no Brasil, entre outras medidas, como a criação de contribuições específicas destinadas para a burguesia participar do financiamento da saúde e sobretaxar as cadeias produtivas do fumo e das bebidas alcóolicas, com a finalidade específica de custear a saúde, fica proposta a obrigatoriedade de que, nas fontes de renda do atual FNS, seja incluída parte dos lucros obtidos com exploração de petróleo, biocombustíveis, produtos de alta tecnologia, enfim estes novos nichos econômicos que vêm trazer um incremento à economia do país e, portanto, podem ser novas e preciosas fontes de financiamento de uma boa saúde para o povo brasileiro, além de impostos sobre as operações de Cassinos, autorizados a operar em grandes capitais e cidades turísticas, onde jogariam as classes A e B que atualmente o fazem no exterior, além de atrair grandes jogadores de outros países.

Portanto, transformações são possíveis e necessárias.

Neste momento, vários movimentos sociais de emancipação de massas, de povos oprimidos pelo interesse econômico de cunho liberal e colonizador, ocorrem na América. Venezuela e Bolívia, entre outros, nos renovam a certeza que é válida a luta, que é possível vencer o capital hegemônico e excludente com propostas socialistas e de proteção aos valores nacionais. Esta luta, no Brasil, precisa ser feita. Por necessária, tendo, inclusive, a coragem de propor e promover a ruptura do status quo e construir um modelo verdadeiramente único de saúde, onde não exista espaço para encarar saúde como mercadoria.

É uma grande tarefa, é verdade. Mas não há Partido Socialista que se sustente sem enfrentar grandes desafios. Não existe espaço para deixar de sonhar. Tal qual Don Quixote de La Mancha, desafiando os moinhos de vento, devemos continuar contrariando o pragmatismo dos Sanchos Panças e ousar. Cumprir nossa missão enquanto socialistas. Organizar o povo, instrumentalizá-lo, para que exista, de fato, saúde, qualidade de vida, felicidade.

“O novo é o povo quem cria”. Dom Tomás Balduino.



CMS/SSB - Nacional

Joilson Cardoso – PSB/RJ
Secretário Nacional Sindical

I – CONJUNTURA

1.1 – Cenário da América Latina

1 – A América Latina atravessa um rico e promissor momento de transição política, marcado pela ascensão de forças progressistas e antiimperialistas aos governos de muitos países, crescente enfrentamento ao imperialismo dos EUA, fortalecimento da democracia e reiteradas derrotas eleitorais da direita neoliberal. Vivemos, em consequência, uma conjuntura favorável à luta da classe trabalhadora, do movimento sindical e dos povos pela soberania e por transformações sociais. É um ambiente bem distinto do clima hostil que prevaleceu durante os Anos 90 do século passado, em que a hegemonia ideológica e política do neoliberalismo atingiu o auge, na sequência da derrota do socialismo na União Soviética e leste europeu, estrangendo a esquerda e o sindicalismo à defensiva.

2 – Em certo sentido, o cenário político atual pode ser considerado uma antítese do anterior. O projeto de recolonização representado pela Alca, lançado com pompas na Cúpula das Américas realizada em 1994, na cidade de Miami, reunindo chefes de Estado de 34 países do Continente (com exceção de Cuba), foi barrado. O império não pôde impor seu projeto a todo o Continente e teve de mudar a tática, promovendo os Tratados de Livre Comércio (TLCs). Em contrapartida, os países que rechaçaram a Alca apostaram na ampliação e fortalecimento do Mercosul e propuseram a criação da União de Nações Sul-Americanas (Unasur). O fato mais relevante em termos de integração é a emergência da Alternativa Bolivariana para os Povos da Nossa América (Alba) e do Tratado de Comércio dos Povos (TCP), sementes de novas formas de relações entre os governos e os povos, baseadas na solidariedade, na cooperação e na complementariedade. Respira-se mais liberdade, os movimentos sociais conquistaram maior espaço e relevância na luta política. Excetuando, na América Latina, a Colômbia e o Peru, presididos por governos títeres a serviço do imperialismo estadunidense.

3 – Contudo, é preciso considerar o fato de que o processo de mudanças em curso é incerto, além de desigual. A direita não sofreu uma derrota

definitiva. O imperialismo não morreu, apesar dos revezes políticos (e militares, no caso do Iraque e Afeganistão), da decomposição do padrão dólar, das crises e da franca decadência da economia norte-americana.

4 – Acontecimentos recentes, como a violação do território equatoriano pela Colômbia, as iniciativas separatistas na Bolívia, entre outros, indicam que as forças conservadoras procuram criar condições para lançar uma contra-ofensiva, acirrando a luta de classes em toda a região. O neoliberalismo não foi abolido, monopoliza os meios de comunicação de massa e exerce forte influência sobre as políticas econômicas. Em certa medida, a filosofia que orientou a proposta da Alca continua sendo implementada, através dos TLCs (inclusive com a União Européia), das privatizações e liberalização do câmbio e dos fluxos de investimento, entre outras formas. A possibilidade de retrocesso não desapareceu. Ao perder espaço no terreno político, o imperialismo estadunidense contra-ataca fomentando a corrida armamentista e provocações de todo tipo, com objetivo de semear a guerra e multiplicar os conflitos entre os países da região.

5 – A guerra é um instrumento utilizado pelo império para solucionar ou atenuar suas crises econômicas. Está claro que os Estados Unidos estão buscando um pretexto na América para iniciar o conflito e, assim, barrar todos os progressos conquistados até o momento. Os trabalhadores devem estar atentos para reagir a qualquer intento de agressão aos nossos processos emancipatórios.

6 – Em tais circunstâncias, avulta a responsabilidade do movimento sindical. Impõe-se o desafio e o dever de ampliar a mobilização e a conscientização das massas trabalhadoras para lutar, ao lado de outras forças progressistas, por dois objetivos interligados: derrotar a reação neoliberal e impulsionar ações transformadoras. Concentrando sua energia nesta direção, o movimento sindical poderá superar suas dificuldades, recuperar força, ampliar sua capacidade de mobilização e contribuir de forma decisiva para a afirmação concreta da unidade da classe trabalhadora e a elevação do protagonismo da classe trabalhadora no destino político das nações latino-americanas.

7 – Seguir este caminho não é tão fácil quanto pode parecer à primeira vista, exigirá muita de-



terminação e iniciativa, assim como consciência e espírito classista. O sindicalismo foi duramente golpeado pelo neoliberalismo e a chamada reestruturação produtiva em quase todo o mundo, debilitado pelo avanço do desemprego e a crescente informalização e precarização das relações entre capital e trabalho, bem como pelo arrefecimento da perspectiva socialista após a queda do Muro de Berlin e o fim da União Soviética.

8 – A classe trabalhadora também se ressentiu da ofensiva empreendida pelo capital, encontra-se mais fragmentada, dividida e vulnerável ao assédio ideológico das empresas capitalistas, operado através de diversos meios, no mais das vezes com o respaldo das lideranças que apregoam a colaboração e conciliação de classes. Os valores do capitalismo, associados ao individualismo e à concorrência, foram fortemente difundidos e criaram raízes, abalando o espírito de solidariedade classista e fomentando a divisão e o conformismo. Isto constitui uma séria dificuldade, ao mesmo tempo objetiva e subjetiva, que o movimento sindical terá de enfrentar e suplantar.

9 – A luta no plano ideológico pela conquista dos corações e mentes da classe trabalhadora e elevação da consciência social ganhou notória relevância. Cabe destacar o papel deplorável que a mídia capitalista vem cumprindo na guerra de idéias em defesa da ordem imperialista neoliberal ditada pelos EUA, distorcendo fatos, disseminando mentiras e promovendo um verdadeiro terrorismo midiático com o propósito mal disfarçado de difamar e desacreditar as forças progressistas e as idéias mudancistas, criando condições para criminalizá-las pelas causas que representam. A batalha contra o monopólio dos meios de comunicação capitalistas entrou para a ordem do dia e o movimento sindical não pode ficar alheio a esta luta.

10 – Os rumos que orientam os processos integracionistas na região, marcados pelas novas condições criadas pelos governos e forças que se opõem ao unilateralismo estadunidense, demandam uma maior compreensão ideológica e política da necessidade de contar cada vez mais com o fator social em todo esforço integrador.

11 – Neste sentido, a movimentação de dezenas de organizações sindicais da região é um bom sinal. Reunião como “O Encontro Sindical Nossa América”, liderada pelo protagonismo da CTB – Brasil – é exemplar. Trata-se de uma iniciativa política e sindical com o objetivo de elevar o nível da luta e de unidade dos movimentos de trabalhadores e trabalhadoras do continente, em especial da América Latina e do Caribe, por meio do debate no terreno das idéias, da cultura e da própria luta política e social. Elevar o protagonis-

mo da classe trabalhadora na luta política em curso na América Latina deve ser no sentido de unificar, não só o movimento sindical, mas vinculá-lo ao conjunto dos movimentos sociais, elaborando plataformas e agendas de mobilização e luta comuns no âmbito de cada país e em plano regional mais amplo.

12 – A construção de um espaço político onde trabalhadores e trabalhadoras de todas as nações latino-americanas possam debater os temas relevantes da nossa época e viabilizar ações conjuntas contra a ordem neoliberal imperialista, em defesa dos interesses maiores dos povos que habitam a região.

13 – A defesa de um espaço comum para a ação e articulação, de maneira não excludente, com todos os atores sociais com interesses comuns aos da classe trabalhadora. A unidade de ação, o que pressupõe a construção de uma plataforma única visando a politização dos movimentos sociais para fazer frente aos atuais desafios que emergem atualmente na América Latina e impulsionar o movimento social, pela emancipação da classe trabalhadora e demais setores explorados e excluídos.

14 – A unidade se dará na luta em defesa dos interesses da classe trabalhadora contra o imperialismo e a globalização neoliberal, que deixou por saldo o desemprego em massa, depreciação dos salários, intensificação da discriminação e flexibilização, além da redução de direitos. Em resposta à globalização neoliberal, vamos abrir o caminho para a globalização das lutas, a integração e unidade da classe trabalhadora na América Latina para atuar com força e conferir um caráter social ainda mais progressista ao processo de integração dos países da região.

15 – A reação da direita neoliberal e do imperialismo às mudanças acirra a luta de classes em defesa dos interesses populares e da soberania nacional. Coloca na ordem do dia a solidariedade ativa com os governos revolucionários e progressistas, que têm sido alvo de uma feroz ofensiva liderada pelos EUA, com chantagens, provocações de toda ordem, mentiras difundidas pela mídia capitalista e iniciativas variadas, objetivando sua desestabilização.

16 – Cumpre destacar a histórica resistência de Cuba, a ousadia da revolução bolivariana, a valente determinação do Equador e da Bolívia de enfrentar a contra-ofensiva da direita e persistir na orientação progressista. O Brasil, com uma orientação democrática e progressista, tem contribuído para alterar a correlação de forças na região. O sindicalismo latino-americano, em ampla aliança com os movimentos sociais e outras forças, não pode vacilar em defender as conquistas e os go-



vernos democráticos, progressistas e revolucionários diante das ameaças imperialistas.

17 – O neoliberalismo resultou num extraordinário retrocesso das relações sociais, aumentando sobremaneira a taxa de exploração da força de trabalho, sobretudo dos extratos mais discriminados: as mulheres, os negros, os imigrantes, os índios, os jovens. É preciso lutar para reverter este quadro, contra as privatizações, pela valorização dos salários e pelo resgate dos setores excluídos, combatendo a terceirização, a precariedade dos contratos de trabalho e a discriminação, impedindo a flexibilização dos direitos, reduzindo a jornada de trabalho e ampliando as conquistas trabalhistas. Neste marco, impõe-se lutar para melhorar a destinação de recursos para investimentos em obras públicas, em gastos sociais, fazendo desta luta um instrumento contra a exclusão, a marginalização e a miséria.

18 – Estamos convencidos de que os rumos da história na América Latina, onde ganha nitidez o impasse entre a sombra da opressão imperialista e a luz de um futuro soberano e socialista, vão depender do protagonismo da classe trabalhadora nas grandes lutas políticas que já estão em curso. O sindicalismo comprometido com o progresso social pode desenvolver um grande papel na definição do nosso destino comum, se for capaz de superar o economicismo e elevar o nível de suas mobilizações e batalhas no plano político.

1.2 – Cenário Nacional

1 – A vitória de LULA para um segundo mandato representa o apoio da população brasileira ao projeto de mudanças que vem ocorrendo nos últimos cinco anos. Pela primeira vez na história do país, um presidente oriundo do povo mais sofrido do nordeste brasileiro é eleito e reeleito com o apoio do chamado “povão”. Na crise de 2005, indo aos mais humildes, colheu o apoio de quem mais se identifica com o presidente. Daí, o recuo da tentativa golpista da direita que estava em curso e manifesta nas manchetes de jornais, revistas e, principalmente, nos discursos dos representantes das elites nas tribunas do Congresso Nacional brasileiro.

2 – O governo LULA representa mais avanços que retrocessos: cessaram-se as privatizações; a política externa é acertada; barramos a ALCA e avançamos na distribuição de renda; as centrais foram legalizadas; existe uma agenda positiva para a classe trabalhadora, liderada por setores progressistas do Congresso Nacional – a 151, a 158, o fim do fator previdenciário e a redução da jornada de trabalho são exemplos do ambiente que estamos vivendo. Entretanto, a política eco-

nômica precisa mudar, são inaceitáveis os atuais patamares dos juros ao consumidor e o superávit primário, agora aprofundado pelo “fundo soberano”, que aumentará o superávit de 3.8% para 4.3% do PIB, promovedor do contingenciamento do orçamento para setores essenciais, como saúde, educação, moradia e reforma agrária, para citar os principais problemas do governo. É inaceitável a mais-valia do capital sobre a exploração da produção e a evasão de divisas do país realizada pela especulação e o sistema financeiro – os bancos arrecadaram em 2007 o equivalente a R\$ 45 bilhões em taxas absurdas, mais que o valor arrecadado pela extinta CPMF, tão combatida pela direita.

3 – A vitória das esquerdas nas eleições passadas no Brasil teve o apoio da maioria da Classe Trabalhadora, que não deseja voltar ao retrocesso do passado – oligarquias ruíram no Maranhão e na Bahia –, porém, o governo LULA busca sustentar-se em uma aliança contraditória e perigosa, com os setores fisiológicos e da direita, tendo o PMDB à frente, em detrimento dos partidos de esquerda que, a cada dia, perdem espaços na disputa da política do governo, produzindo indefinições para a sucessão de 2010.

4 – Falta um projeto nacional. Neste sentido, um projeto nacional que buscamos só será possível com o protagonismo da Classe Trabalhadora.

5 – O movimento sindical junto aos movimentos sociais tem força para mobilizar a população rumo a um projeto nacional, entretanto, as lideranças sindicais estão alheias a esse desafio histórico. Os partidos também estão alheios e funcionam apenas para a reprodução do poder, através de uma disputa onde o capital é fator preponderante na conquista de mandatos, salvo raras exceções.

6 – É preciso unir os partidos de esquerda e progressistas para buscarmos a construção de um projeto nacional.

7 – Então, mais importante que tudo, é unir o povo. Esta deve ser a principal estratégia do sindicalismo socialista.

8 – Ao contrário, sem estratégias, vemos as centrais serem pautadas, até aqui, pela agenda do Governo, apesar de algumas iniciativas importantes, como a marcha pelo salário mínimo e a campanha pela redução da jornada de trabalho, não são suficientes, não visam um projeto maior.

9 – São claras as dificuldades das centrais de mobilizarem a população para um projeto que vá além dos interesses corporativos dos empregados, e que inclua a avassaladora maioria das trabalhadoras e trabalhadores que somam mais de 50% da mão de obra em atividade no setor



informal, sem direitos trabalhistas, sem proteção social, sem sindicalização – apesar da diminuição do desemprego nos últimos anos, esta se dá em função da geração de empregos precários e com baixos salários.

10 – A mobilização da população para uma ofensiva a favor de um projeto nacional, com o efetivo protagonismo da classe trabalhadora, deve ser o principal motivo da mobilização da SSB, juntamente com amplos setores do sindicalismo, para construção de um instrumento que possa servir de representação desta proposta, sob a liderança do sindicalismo classista e democrático que fazemos parte, tendo o socialismo como referencial.

11 – Também a defesa de uma concepção sindical classista e democrática baseada nos princípios socialistas e da liberdade é fundamental. Um sindicalismo que dialogue com as bases e convoque as trabalhadoras e trabalhadores para assumirem papéis de protagonistas no processo de mudanças que estamos por realizar em nosso País.

12 – Desta forma, o movimento para a efetivação da CTB, deve continuar sendo prioritário para a SSB.

13 – A proposta pela criação da CTB foi fruto da análise do cenário político nacional e internacional, em especial, o ambiente do movimento sindical, realizada pelas lideranças sindicais socialistas e vários setores do sindicalismo brasileiro, estando esta proposta legitimada pela defesa da classe trabalhadora e o resgate das bandeiras do movimento sindical brasileiro, como também, a unidade que aponta para um projeto nacional com o protagonismo das trabalhadoras e trabalhadores. Engana-se quem pensar que esse processo foi precipitado ou divisionista.

14 – Estivemos na CUT. Não nos arrependemos.

16 – Somos parte de um processo histórico que, além de combater a ditadura, lutou pela anistia, pela campanha das diretas, pela democracia que lançou ao mais alto posto de comando da nação um presidente vindo do chão da fábrica. Estes feitos falam por si, justificam a nossa participação em todo esse processo.

17 – No entanto, não nos basta construir com as demais forças sindicais um campo político onde levantamos as bandeiras da democracia, da liberdade e do socialismo. Temos que seguir em frente, ir além, recompor a unidade das forças sindicais.

18 – Dessas análises surgem convicções que temos hoje, ou seja, o movimento sindical

brasileiro levado pelos seus problemas de toda a ordem e, principalmente, diante da atual conjuntura que impõe uma ofensiva das trabalhadoras e trabalhadores, precisa: a) dar respostas aos reais interesses classistas; b) romper à capitulação das forças externas ao movimento; c) buscar saídas para o impasse que se instalou no seio do movimento, com o isolamento dos sindicatos, com a baixa sindicalização e o esvaziamento das propostas originais do sindicalismo combativo; d) recompor a unidade das forças do movimento sindical e das centrais, rumo a uma nova CONCLAT.

19 – A atual conjuntura exige das trabalhadoras e dos trabalhadores uma ofensiva para a manutenção e as conquistas de direitos, mais ainda, a defesa de um projeto nacional que coloque o povo brasileiro no centro das questões do País.

20 – O protagonismo da Classe Trabalhadora, a defesa do pleno emprego, melhoria da qualidade de vida, defesa dos serviços públicos, o desenvolvimento com distribuição de renda, defesa da soberania nacional, a defesa do Estado Democrático, são questões que estão na ordem do dia e precisam de respostas, que só virão através da mobilização da população na defesa desse projeto.

21 – Estamos vivendo um novo momento em que as forças políticas do movimento sindical brasileiro, buscam alternativas para se manifestarem a favor da nação brasileira

22 – No caso da SSB, não se trata simplesmente de rompermos com um campo e criarmos outro. A Central que criamos representa o sindicalismo classista e democrático junto à sociedade brasileira, tendo como farol o socialismo.

23 – Esta é a tarefa que estamos realizando com os primeiros passos já dados juntamente com amplos setores representativos do sindicalismo brasileiro e, principalmente, com a decisão tomada pela SSB de continuar a construção da Central dos socialistas, comunistas, democratas e independentes.

25 – A Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras nasce forte e grandiosa nos propósitos, inserida no campo e na cidade junto com os movimentos sociais.

Avante socialistas da SSB!

Para a vitória da Classe Trabalhadora.

**SSB ...
Ousar lutar...
Ousar vencer...**



